



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012
2. REQ. N.º 1999/12 – PC N.º 38/10 – MOLDOESTE – INDÚSTRIA DE MOLDES, LDA.
3. REQ. N.º 1933/12 – PC N.º 356/12 – SUPERVIEIRA – SUPERMERCADOS, LDA.
4. REQ. N.º 434/12 – PC N.º 352/08 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.
5. REQ. N.º 1947/12 – PC N.º 151/09 – JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA
6. REQ. N.º 1569/12 – PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARINO PEGO
7. REQ. N.º 1995/11 – PC N.º 74/10 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES

8. REQ. N.º 1990/12 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JUNIOR
9. REQ. N.º 1931/12 – PC N.º 157/10 – ROSALINA SANTOS CARVALHO
10. REQ. N.º 1633/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
11. REQ. N.º 1635/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
12. REQ. N.º 616/12 – PC N.º 171/2012 – MÁRIO JOSÉ NOGUEIRA MONTEIRO
13. REQ. N.º 2028/08 – PC N.º 477/07 – CARLA MARGARIDA SOUSA OLIVEIRA
14. PROCESSO N.º 342/97 - REQUERENTE: BANCO POPULAR PORTUGAL - LOCAL: RUA VASCO DA GAMA-CASAL DOS OSSOS - REQUERIMENTO N.º 2321/11 - ADITAMENTO AO PROCESSO DE LOTEAMENTO - DATA DO REQUERIMENTO: 2011/11/15
15. PROCESSO N.º 342/97 - REQUERENTE: BANCO POPULAR PORTUGAL - LOCAL: RUA VASCO DA GAMA-CASAL DOS OSSOS - REQUERIMENTO N.º 1002/11 - VISTORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURAS - DATA DO REQUERIMENTO: 2011/05/13
16. CRIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, RESPETIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO.
17. EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”. PARECER JURÍDICO EXTERNO.
18. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM. DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
19. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: JOÃO PAULO RODRIGUES SANTOS - DEFERIMENTO.
20. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS
21. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “KAIS BAR” NA PRAIA DA VIEIRA

22. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "KOPPU'S BAR" NA PRAIA DA VIEIRA
23. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "OCEANO BAR" NA PRAIA DA VIEIRA
24. REDE DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS – ADESÃO FORMAL
25. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA" – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
26. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – INSPEÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2013 E 2014.
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE CONTENTORES MULTIBENS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – RECOLHA DE EFLUENTES PARA O ANO DE 2013

31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA.
32. DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS AO MUNICÍPIO E A DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ESCOLAS 1.ª CEB DO CONCELHO.
33. FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE
34. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – 1.ª DELIBERAÇÃO
35. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013.
36. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2.º E 3.º PERÍODO DO ANO LETIVO DE 2011/2012.
37. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – PROPOSTA DE REGULAMENTO
38. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.
39. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
40. APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – ENCENAÇÃO DA PEÇA “O AMIGO DE PENICHE”
41. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO TOCÁNDAR

42. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGACÃO DISTRICTAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON (A.P.D.P.) PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.
43. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO PARA SUPORTE DAS VALÊNCIAS DE SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE CONVÍVIO E CENTRO DE DIA.
44. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL.
45. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL.
46. PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL.
47. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE HELDER FILIPE PEREIRA MARQUES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 4 3.º DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA: FERNANDA DE JESUS PEREIRA
48. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA - FERNANDA DE JESUS PEREIRA - PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 4 3.º DIREITO, CASAL DE MALTA.
49. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA MARIA CELESTE PEDROSO MARQUES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8 2.º ESQUERDO, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
50. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3 R/C DTO, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
51. RESUMO DE TESOURARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

▪ ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente** solicitou que a reunião ordinária da Câmara Municipal prevista para o próximo dia 27 de dezembro seja antecipada para o dia 20 de dezembro, às 09:30 horas, dada a necessidade de cumprimento dos prazos para remessa dos documentos previsionais de 2013 à Assembleia Municipal, o que foi aceite por todos os membros do executivo.

- O **Sr. Presidente** convidou a CDU, na pessoa dos seus Vereadores, para estar presente numa reunião a realizar hoje à noite, para colher os seus contributos para na elaboração dos documentos previsionais para 2013.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:

⇒ Informou que terá dificuldades em estar presente na próxima reunião, logo pelas 09:30 horas, uma vez que tem uma reunião na escola, a que não poderá faltar, e que só deverá terminar por volta das 11:00 horas, pelo que solicita que os documentos previsionais só sejam discutidos depois dessa hora.

A propósito do próximo orçamento, referiu que a CDU não foi ouvida, tendo sido ouvido em primeiro lugar o Vereador do PSD. Mas isto não é o essencial, mas sim o facto de a CDU já ter chamado a atenção em devido tempo, sendo ridículo que a uma semana da reunião de Câmara para discutir o orçamento pretendam ouvir as sugestões da CDU. Assim, deixa aqui o seu veemente protesto, pois fica verdadeiramente clarificado aquilo que o PS pretende, e o que pretende é afastar a oposição da discussão e participação séria.

As prioridades da CDU são aquelas que foram apontadas na sua conferência de imprensa e que o jornal divulgou, e que são o abastecimento de água à Marinha Grande (Picotes) e a rede de saneamento, que necessitam ser requalificadas em benefício das populações dos lugares, sem contudo pôr em causa as obras financiadas pelo QREN na área do património.

Do convite feito pelo Sr. Presidente para estar presente numa reunião hoje à noite informou que não poderá vir, mas a CDU far-se-á representar, embora sob protesto.

⇒ Utilização da IVIMA – sobre as questões que levantou a Sr.^a Vereadora entregou-lhe uma informação com algumas generalidades, não lhe parecendo que o processo de seleção das entidades tenha sido feito de uma forma aberta e alargada.

⇒ Prazos das obras do Teatro e da Resinagem – parece-lhe que já estarão ultrapassados, pelo que relembra que a CDU tem alertado para o perigo de que a

situação possa resvalar e pôr em risco o financiamento. Parece-lhe que se verifica uma grande concentração de execução de obras (IVIMA, Resinagem, Teatro) para 2013, pelo que requer informação sobre a previsão de conclusão destas três obras e os respetivos programas funcionais.

- ⇒ Estrada do Guilherme – perguntou ao Vereador Paulo Vicente quais as diligências que encetou em relação à questão do traço contínuo, que lhe parece uma má solução, que cria problemas aos comerciantes e até aos moradores.
- ⇒ Reparação de passeios – qual o ponto da situação aqui levantada?
- ⇒ Atrium – é verdade que a Câmara vai dar as bancadas e as torneiras das instalações do antigo mercado?

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Chegou ao seu conhecimento que o proprietário de um circo se queria instalar no concelho na época do Natal, e terá sido informado de que a Câmara não autorizava esta instalação pelo que não valia a pena apresentar o pedido ou falar com o Presidente, como pretendia. Gostaria de saber se isto é verdade, pois parece-lhe que o circo é uma atividade que anima a cidade, para além de se apoiar quem explora este tipo de atividade e dela sobrevive.
- ⇒ IVIMA, Resinagem e Teatro – Concorda inteiramente com a intervenção do Vereador Dr. Alberto Cascalho, e também gostaria de saber qual vai ser a utilização que se vai dar aos equipamentos que estão em construção e se há algum projeto para os mesmos, pois se há tem que se saber, não pode estar só na cabeça de algumas pessoas.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Escola do Pilado – soube que parece que as crianças, nos dias de chuva, não podem ir ao recreio por não terem telheiro para se abrigar.
- ⇒ Escola da Embra – pretende saber se foi resolvido o problema do aquecimento.
- ⇒ Criminalidade – qual o resultado da reunião realizada em 07/12/2012 com a PSP e as forças de segurança, e quais as medidas concretas que daí saíram para resolução do problema da criminalidade.
- ⇒ Parecer Jurídico – pretende saber qual o custo do Parecer pedido pela Câmara ao Dr. Sérvulo Correia, se o Dr. Victor Faria sabe e como interpretou ele a cláusula 16.ª deste Parecer.
- ⇒ J. Ferreira Custódio – voltou a pedir cópia do ofício de onde resulta a perda dos fundos para a J. Ferreira Custódio.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Pretende saber quando vai ver satisfeitos aos sucessivos pedidos de resposta ao seu requerimento sobre o processo da empresa Santana, SA.
- ⇒ Não poderá pronunciar-se sobre o Parecer Jurídico sem antes saber o que se passa com este processo.

▪ **O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:**

- ⇒ Criminalidade – houve uma reunião com o Comandante da PSP da Marinha Grande, o Superintendente e um responsável de uma força especial que atua aqui na região. Foram analisadas as situações de criminalidade no concelho, mas não há hipótese de reforço das forças no distrito. Nesse fim de semana estava articulada uma intervenção conjugada na região, informaram que estão muito atentos à situação, tendo notado uma grande preocupação, especialmente do novo Comandante, que conhece bem o terreno. Ficou marcada nova reunião para o início do ano.
- ⇒ Circos – em 2010 morreu uma pessoa em Viana do castelo e ainda hoje corre um processo contra o Presidente da Câmara, pelo que enquanto não houver um espaço condigno e com condições de segurança não autorizará esta instalação. Há um espaço que poderá ser adaptado, vamos ver se se consegue, pois também gosta de circo. Relativamente ao atendimento, está disponível para atender o requerente, caso ele o pretenda, mediante marcação.
- ⇒ Orçamento – Em 2008 foi aprovado em 22 de dezembro e os Vereadores da oposição não foram ouvidos, quem foi convocado foi o Dr. Rui Rodrigues, que era o líder de bancada do PS na Assembleia Municipal, e não havia Lei dos Compromissos, reestruturação dos serviços e chegada de documentos necessários em 20 de novembro, como agora aconteceu. Anotou as sugestões do Dr. Alberto Cascalho, e das prioridades apontadas duas são também as do executivo: água e saneamento, pelo que estão em sintonia. Somos de longe o concelho com maior taxa de execução de rede de água (98%) e de saneamento (85%).
- ⇒ Resinagem – O Dr. Victor Faria não dá pareceres, pois não consta do seu contrato. O parecer que foi pedido custou 15.000 euros. Houve uma reunião do Dr. Victor Faria com representantes da Santana, SA, pelo que vamos aguardar.
- ⇒ União de Leiria – dentro de poucos dias dará resposta, pois há “timings” a cumprir.

▪ **O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:**

- ⇒ Estrada do Guilherme – pediu desculpa mas ainda não conseguiu ir ao local com a PSP, verificar a situação do traço contínuo.
- ⇒ Prazos da obras do Teatro e da Resinagem – em outubro houve uma reunião na CCDR para recalendarização dos financiamentos e execução das obras. No início do próximo ano virá à Câmara essa recalendarização, estando previsto que essas obras estejam terminadas em abril/maio de 2013. No que se refere aos projetos de utilização destes equipamentos também virão a reunião de Câmara para definir as concessões ou alugueres.
- ⇒ Atrium – deve haver alguma confusão na notícia sobre a retirada de bancadas e torneiras das instalações do antigo mercado, pois aquilo que se passa é que a Câmara, quando necessita de algum deste material vai lá retirá-lo, como foi feito na remodelação do bar do edifício, e também tem acontecido com uma ou outra torneira para alguma escola, mas não são para dar, são para utilização da própria Câmara.
- ⇒ Aquecimento da escola da Embra – já foi resolvido.
- ⇒ Escola do Pilado – há três projetos de reestruturação para avançar no próximo ano: uma pré-primária, cantina e refeitório, que não tem condições, e uma primária.
- ⇒ Ruas e passeios – há previsão para reparação nas Trutas e Albergaria. No centro há previsão de reformulação de ruas que necessitam de intervenção na rede de água e nessa altura serão arranjados os pavimentos.

▪ **A Sr.^a Vereadora Dr.^a Cidália Ferreira respondeu à seguinte questão:**

- ⇒ Utilização da IVIMA – foram consideradas as entidades da área social que não têm instalações condignas.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu o seguinte:**

- ⇒ Perguntou ao Sr. Presidente quais são as condições de segurança que considera necessárias para que um circo se possa instalar, uma vez que há espaço disponível. Há claramente duas posições: os executivos PS não autorizam esta instalação, enquanto o executivo CDU as autorizou, sempre que foi possível.
- ⇒ Disse compreender que o Presidente trate com algum cuidado as matérias de segurança, só que se as forças de segurança têm preocupação em relação às situações existentes, então as populações têm que ter uma grande preocupação, uma vez que quem tem meios reage assim. O que deverá então a Câmara fazer? Tem que se manifestar, não pode ficar de braços cruzados, pois se a polícia tem meios para controlar os estacionamento também tem que os ter para combater a criminalidade.

⇒ Orçamento – já não é a primeira vez que o Presidente utiliza os argumentos do mandato da CDU, pelo que se o faz é porque não têm argumentos, é “uma fuga para a frente”. Desde setembro que a CDU vem alertando para esta situação, pelo que não é justificável.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira referiu o seguinte:**

- ⇒ Quais são as regras de segurança que o Presidente considera necessárias para a instalação do circo, pois se o terreno tem as condições mínimas. Haverá sempre riscos, e todos nós os corremos, temos é que acompanhar a sua instalação, nomeadamente das bancadas.
- ⇒ Pergunta ao Vereador Paulo Vicente que esclareça, relativamente à taxa de execução da rede de saneamento, qual o n.º exato de habitações que são servidas em termos de fossas.
- ⇒ Relativamente às instalações da IVIMA, a verdade é que neste momento não há ideias nem projetos para a sua utilização.
- ⇒ Habitação social – se só há três habitações que estão em condições de serem atribuídas, pretende saber qual o prazo para terminar o concurso, datas previstas para a entrega das casas, quando é que se iniciam as obras e se há verbas disponíveis para essas obras.

Sobre este assunto a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que o Edital para o concurso já se encontra afixado e foi divulgado, decorrendo as candidaturas até 21 de janeiro, sendo a entrega das casas em fevereiro, pelo que até lá estará tudo pronto.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que foi aberto um procedimento de 25.000 € para as obras que são executadas fora, que está em curso, prevendo-se que estejam prontas em finais de janeiro. Tudo o resto está a ser feito por administração direta, com os funcionários da Câmara.

▪ **O Sr. Presidente referiu o seguinte:**

- ⇒ Criminalidade – não pode nem dirá mais nada sobre as reuniões com a PSP, apenas diz que ficou um pouco mais descansado e sabe que as entidades estão muito preocupadas.
- ⇒ Circo – as questões de segurança e higiene necessárias são aquelas que temos na Vieira, com água, eletricidade e piso consistente para instalação das bancadas e dos animais, e só quando as tiver aqui é que assinará qualquer autorização para instalação de circos.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho referiu o seguinte:**

- ⇒ Circo – como nem todas as pessoas têm possibilidades de ir a outros locais com as suas crianças, temos então que criar as condições para que o circo venha até nós.
- ⇒ Orçamento – este ano sente-se particularmente incomodada com a argumentação sobre o orçamento, e entende, na sua opinião pessoal, que não se deve trabalhar da forma que está a ser feita, as ideias devem ser apresentadas logo no início da discussão da elaboração do orçamento e não agora. É a sua perspetiva, que é diferente da deste executivo.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho referiu o seguinte:**

- ⇒ Circo – a propósito das declarações do Presidente lembrou que quando era sua obrigação assinou e autorizou o que tinha que autorizar para a instalação dos circos que vinham ao concelho.
- ⇒ Resinagem – na altura do executivo da CDU foram feitos inquéritos e foi feita uma apresentação da maquete nos pavilhões do Parque de Exposições, pelo que entende que apesar da obra ser da Câmara ela deve ser “apropriada” pela população. Não vê que haja o envolvimento da comunidade para a definição de uma estratégia e de um programa, pelo que entende que a Câmara se deve abrir ao diálogo com a população.
- ⇒ Orçamento – parece-lhe que há um verdadeiro “desnorte” do executivo, de desorientação total, tal como já se verificou na última reunião, com situações completamente anómalas.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** distribuiu a todos os membros do executivo a proposta de agregação de escolas, que será presente na próxima reunião de Câmara.

- **O Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de dois processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- **O Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais seis assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

797 - Presente proposta da 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 372.911,13 euros nos reforços e de 372.911,13 euros nas anulações;

13.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 297.268 euros nos reforços e 227.868 euros nas anulações;

14.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 119.425 euros nos reforços e 250.960 euros nas anulações dos quais 181.560 euros são anulações de despesa corrente e 69.400 euros são anulações de despesa de capital.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, das 11:30 horas às 11:45 horas, tendo recommçado com a discussão e votação dos pontos 16 e 37 da ordem do dia.

Para efetuar a apresentação técnica desta proposta e para esclarecimento das dúvidas surgidas esteve presente na reunião a Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos, Dr.ª Lina Frazão.

16 - CRIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, RESPETIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO.

798 - Tendo em vista a adequação da estrutura orgânica municipal, em obediência ao n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local, a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 7 dezembro, e sob proposta da Câmara Municipal de 29 de novembro, aprovou o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, fixando o número máximo de seis (6) unidades orgânicas flexíveis e quatro (4) subunidades orgânicas.

Conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Câmara Municipal, sob proposta do seu presidente, a criação das unidades orgânicas flexíveis e definição das respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.

A estrutura orgânica dos serviços municipais pode ainda prever cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior conforme dispõe o n.º 2 do artigo 4.º, conjugado com o artigo 9.º, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e cuja definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme n.º 3 do referido artigo 4.º.

O Município da Marinha Grande pode prover dois cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, que ficarão na dependência hierárquica de duas unidades orgânicas flexíveis, asseguradas por cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão municipal.

Neste sentido, e considerando:

- A operacionalização do modelo organizacional aprovado pela Assembleia Municipal, em 7 de dezembro;
- Em deliberação da Assembleia Municipal, da mesma data, foi aprovada a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração,
- Os princípios da unidade e eficácia na ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios, da racionalização e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos;

- Dentro dos limites impostos, a segregação de competências entre serviços cometendo a unidades orgânicas instrumentais todos os domínios de atuação e competências de apoio e suporte às unidades orgânicas operativas;

- A congregação em áreas de atuação, que abrangessem todas as vertentes das atribuições municipais, atendendo aos diversos âmbitos de intervenção, nomeadamente, a dinamização cultural e social; o planeamento e urbanismo; atendimento e serviços gerais; infraestruturas e obras;

Proponho à Câmara Municipal, que ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal, delibere a criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis e defina as respetivas atribuições e competências:

- Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação (DFTI) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

- a) Promover a correta gestão financeira da Autarquia;
- b) Facultar ao Executivo um claro e contínuo conhecimento da situação económico-financeira do Município e da evolução dos gastos por unidade orgânica e assegurar uma atividade regular de informação interna relativa à situação financeira do Município;
- c) Assegurar o sistema de contabilidade, respeitando as considerações técnicas, os princípios e regras contabilísticas, os critérios e métodos específicos definidos no POICAL;
- d) Elaborar os instrumentos de gestão financeira da autarquia, designadamente o orçamento e as Grandes Opções do Plano, bem como as revisões e alterações que se revelem necessárias;
- e) Elaborar anualmente o relatório de gestão e de prestação de contas;
- f) Organizar o processo de consolidação de contas do Município;
- g) Efetuar o controlo financeiro da execução dos documentos previsionais aprovados, acompanhando de forma dinâmica a sua execução, apresentando propostas de medidas corretivas sempre que se verifique a ocorrência de desvios entre o programado e o executado, ou de alterações das condições que fundamentaram as ações programadas;
- h) Disponibilizar a informação financeira e patrimonial para os órgãos autárquicos, nomeadamente os relatórios trimestrais de execução orçamental;
- i) Organizar o processo administrativo de despesa e receita;
- j) Assegurar as condições necessárias à captação dos meios financeiros da administração central, fundos comunitários e outros de aplicação às autarquias locais;
- k) Coordenar o processo de contração e utilização de empréstimos bancários;
- l) Acompanhar a evolução dos limites da capacidade de endividamento;
- m) Propor à câmara municipal a abertura de contas bancárias;

- n) Desenvolver um sistema de contabilidade de custos, de modo a determinar custos totais (diretos e indiretos) de cada serviço, função, atividades e obras municipais e apoiar na fixação de tarifas e taxas;
 - o) Coordenar a gestão da tesouraria e a correspondente segurança de valores;
 - p) Manter atualizada informação diária sobre o saldo da tesouraria das operações orçamentais e das operações de tesouraria.
- 1- Na área do património compete:
- a) Assegurar a gestão do património;
 - b) Organizar e coordenar todas as operações de aquisição, alienação e gestão de bens móveis e imóveis, do património municipal;
 - c) Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e bens imóveis do município, e promover todos os registos relativos aos mesmos;
 - d) Providenciar a realização do inventário anual do património imobilizado;
 - e) Gerir o património municipal, visando a proteção dos ativos, a otimização da sua utilização e a melhor rentabilidade dos bens imóveis do domínio privado disponível;
 - f) Afetar criteriosamente os bens móveis às unidades orgânicas municipais e promover a sua manutenção;
 - g) Estabelecer os critérios de amortização de património e proceder à contínua avaliação dos valores patrimoniais;
 - h) Promover a inscrição nas matrizes prediais e na conservatória do registo predial de todos os bens imóveis propriedade do município;
 - i) Promover o estabelecimento de sistemas de seguros adequados à realidade municipal e gerir a carteira de seguros, à exceção de seguros de acidentes de trabalho e acidentes pessoais.
- 2- Na área do aprovisionamento, compete:
- a) Participar na elaboração de programas de concurso e caderno de encargos, para consulta ao mercado, exceto processos respeitantes a empreitadas de obras públicas, e promover os procedimentos de contratação pública para aquisição ou locação de bens e serviços necessários à atividade municipal, de acordo com critérios técnicos, económicos e de qualidade;
 - b) Proceder à gestão e utilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública para os procedimentos de contratação nos termos do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Gerir o aprovisionamento dos bens e serviços e controlar a sua utilização e inventariação;
 - d) Controlar a gestão de *stocks* e dos armazéns;
 - e) Gerir o armazém garantido a boa conservação dos materiais armazenados.
- 3- Na área das tecnologias de informação, compete:

- a) Conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação dos sistemas e tecnologias de informação tendo em vista a melhoria dos processos de trabalho e qualificação da organização;
 - b) Implementar atividades de simplificação de processos e informatização para o aumento da eficiência e eficácia dos serviços municipais;
 - c) Diagnosticar, periodicamente, a adequação da infraestrutura tecnológica (*hardware*, redes), *software* e aplicações informáticas às necessidades da organização, apresentando um planeamento das propostas a adotar no âmbito dos sistemas de informação;
 - d) Apoiar os utilizadores na resolução de problemas surgidos ao nível de *hardware*, *software* ou redes;
 - e) Garantir a administração, a manutenção, a correta exploração e a expansão do parque de aplicações informáticas;
 - f) Gerir e operar o sistema informático (servidores, bases de dados, equipamentos informáticos, rede e outros), incluindo a instalação de novos equipamentos;
 - g) Assegurar a gestão dos acessos à internet e caixas de correio eletrónico;
 - h) Conceber os critérios de confidencialidade e de privacidade dos dados das aplicações e definir as normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação;
 - i) Estudar e propor as normas e procedimentos de segurança informática, promovendo o seu cumprimento;
 - j) Realizar backups diários de ficheiros e de todas as bases de dados instaladas nos servidores;
 - k) Gerir os sistemas e redes de comunicação da autarquia, incluindo a rede telefónica, os dispositivos móveis, etc.;
 - l) Garantir a interligação com as empresas fornecedoras das aplicações instaladas nos serviços da Câmara e ou com responsabilidades na sua manutenção no que concerne à sua utilização e atualização;
 - m) Definir procedimentos e guias de utilização sobre boas práticas na utilização dos sistemas ao nível dos acessos, gestão individual de ficheiros (incluindo emails) e salvaguarda de informação;
 - n) Promover a formação e o apoio a utilizadores sobre os sistemas de informação instalados.
- 4- Compete ainda à Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

- Divisão de Administração e Modernização (DAM) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão)

- 1- À Divisão de Administração e Modernização, designada abreviadamente DAM, compete:
 - a) Assegurar o relacionamento administrativo com o munícipe;
 - b) Participar na definição da estratégia de recursos humanos do Município e assegurar a respetiva implementação;
 - c) Gerir o mapa de pessoal da Autarquia;
 - d) Proceder à elaboração e gestão administrativa e previsional do mapa de pessoal e do orçamento;
 - e) Gerir o processo de avaliação de desempenho da Administração Pública (SIADAP), garantindo a correta aplicação dos respetivos instrumentos;
 - f) Promover o desenvolvimento de mecanismos de audição e participação (opiniões, sugestões e reclamações) dos clientes internos e externos, e elaborar relatórios de avaliação semestral e anualmente;
 - g) Organizar as atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador;
 - h) Gerir os contratos de seguro e de acidentes de trabalho;
 - i) Gerir os processos e procedimentos relacionados com os acidentes de trabalho.
- 2- À área de segurança e saúde no trabalho compete:
 - a) Promover a aplicação e cumprimento das normas legais em vigor e instruções de trabalho no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - b) Coordenar o Sistema de Higiene e Segurança no trabalho, propor e coordenar ações neste domínio;
 - c) Assegurar a execução de exames médicos periodicamente;
 - d) Organizar os processos e garantir a realização dos exames médicos de aptidão para o trabalho na altura da admissão após baixa prolongada ou acidente de trabalho;
 - e) Assegurar a tomada de medidas com o objetivo de prevenir doenças, perturbações ou ferimentos dos trabalhadores;
 - f) Zelar pela correta e atempada execução das competências e cumprimento do Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do Município da Marinha Grande, estudando e propondo as medidas organizativas que contribuam para aumentar a eficácia e eficiência e qualidade do serviço;
 - g) Tomar conhecimento dos relatórios e informações relativas às condições de trabalho necessárias para o prosseguimento das suas funções;
 - h) Realizar visitas e auditorias aos locais de trabalho para conhecimento dos riscos para a segurança, saúde e avaliação das medidas de segurança adotadas, elaborando os respetivos relatórios;
 - i) Propor iniciativas no âmbito da prevenção dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho e correção de deficiências detetadas;
 - j) Identificar e avaliar os riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho e controlo periódico dos riscos resultantes da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos;

- k) Elaborar um programa de prevenção de riscos profissionais;
 - l) Emitir parecer sobre a aquisição de todos os produtos químicos, mediante a análise da respetiva ficha toxicológica facultada pelo fornecedor;
 - m) Emitir parecer sobre a aquisição de equipamento de proteção individual e coletiva, extintores e respetiva utilização e localização;
 - n) Assegurar a ligação e fornecimento da informação ao Médico do Trabalho.
- 3- À área de serviços médico-veterinários, cemitérios, mercados e feiras, compete:
- a) Planear e desenvolver projetos e ações no domínio da inspeção sanitária;
 - b) Assegurar os serviços de apoio na área da veterinária e saúde pública, tais como a vistoria a unidades industriais ou comerciais do ramo alimentar, inspeções a unidades de abate e outras inspeções que estejam relacionadas com a saúde pública;
 - c) Garantir a inspeção higio-sanitária aos produtos alimentares à venda nos mercados municipais, estabelecimentos de restauração e bebidas;
 - d) Assegurar a vacinação de animais;
 - e) Efetuar as ações de captura, recolha, entrega, alimentação e abate dos animais;
 - f) Assegurar a gestão do canil/gatil municipal, em colaboração à Divisão de Infraestruturas, Ambiente e Manutenção;
 - g) Gerir os cemitérios sob jurisdição do Município;
 - h) Gerir as feiras, mercados e venda ambulante.
- 4- Compete ainda à Divisão de Administração e Modernização, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

Na Divisão de Administração e Modernização (DAM) é criado um cargo de direção intermédia de 3.º grau (Chefe de Unidade), cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, apoio técnico, monitorização e acompanhamento do SIADAP 1, 2 e 3; coordenação da aplicação de métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados; controlo e gestão da execução orçamental das diversas áreas de intervenção da DAM; coordenação da desmaterialização e simplificação de métodos e processos de trabalho.

- Divisão Jurídica e de Comunicação (DJC) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

- 1- À Divisão Jurídica e de Comunicação, designada abreviadamente DJC, compete:
- a) Garantir a assessoria jurídica ao executivo e às unidades orgânicas, nomeadamente através da elaboração de estudos e pareceres jurídicos;

- b) Coordenar os serviços de fiscalização e planejar as ações de fiscalização das diferentes áreas de atuação municipal, designadamente na elaboração dos competentes autos e na aplicação de medidas de tutela;
 - c) Assegurar a condução dos procedimentos de formação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas;
 - d) Assegurar a condução administrativa de outros procedimentos de formação de contratos públicos, mediante solicitação da Câmara Municipal, do seu Presidente ou de Vereadores com competências delegadas;
 - e) Elaborar as minutas dos contratos e acompanhar a outorga dos mesmos;
 - f) Remeter à Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, toda a informação relevante para efeitos de inventariação do património municipal;
 - g) Organizar e remeter ao Tribunal de Contas os processos relativos a contratos que careçam de visto prévio;
- 2- Na área do apoio jurídico, compete ainda:
- a) Elaborar, sob proposta dos serviços respetivos, projetos de posturas e regulamentos municipais e providenciar pela atualidade e exequibilidade das disposições regulamentares em vigor que caibam nas competências dos órgãos do Município;
 - b) Acompanhar e manter a Câmara e o seu presidente informados sobre os processos judiciais interpostos contra o Município, contra algum dos seus órgãos ou respetivos titulares;
 - c) Garantir o apoio e acompanhar o desenvolvimento dos processos judiciais cujo patrocínio seja assegurado por advogado avençado;
 - d) Assegurar, em articulação com advogado avençado, a defesa dos titulares dos órgãos ou trabalhadores, quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções, salvo quando o Município surja como contraparte destes;
 - e) Instruir, quando superiormente determinado, os requerimentos para obtenção das declarações de utilidade pública de bens e direitos a expropriar, acompanhar os consequentes processos de expropriação, ou os de requisição ou constituição de qualquer encargo, ónus, responsabilidade, ou restrição que sejam pela lei consentidos para o desempenho regular das atribuições do Município;
 - f) Assegurar o controlo do cumprimento dos prazos de resposta às solicitações dos tribunais, autoridades judiciárias ou outras entidades inspetivas e de tutela;
 - g) Assegurar as participações crime pela prática de factos contra o município tipificados como crime;
 - h) Controlar a gestão e permanente atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas;
 - i) Instruir os processos de contraordenação, praticando todos os atos e cumprindo todas as formalidades legais necessárias, designadamente, notificações, propostas de decisão, cobrança de coimas e de custas e remissão dos processos para o Ministério Público, em sede de recurso e execução judicial;

- j) Instruir processos de averiguação, inquérito, sindicância ou disciplinares a que houver lugar por determinação superior;
 - k) Elaborar ou analisar minutas de contratos, protocolos e demais instrumentos jurídicos a submeter à Câmara Municipal ou a despacho do seu presidente, a solicitação deste;
 - l) Elaborar certidões de dívida e reclamações de créditos;
 - m) Cobrar coercivamente dívidas passíveis de execução fiscal administrativa, praticando todos os atos materiais e processuais necessários, nos termos da lei.
- 3- Na área da fiscalização, compete ainda:
- a) Fiscalizar o cumprimento das posturas e regulamentos municipais, assim como toda a legislação vigente no âmbito municipal, designadamente obras de urbanização e edificação, estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de comércio não alimentar e de serviços, ocupação da via pública, ruído, estradas e caminhos municipais;
 - b) Assegurar a prática de todos os atos inerentes a embargos e desobediência a embargos, prática dos atos inerentes a demolições coercivas e a prática de todos os atos inerentes a outras situações de reposição de legalidade;
 - c) Realizar vistorias no decurso de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de edificações a fim de verificar o cumprimento dos projetos aprovados, licenças emitidas e respetivos prazos de validade ou as que forem determinadas para efeitos de utilização de edifícios ou suas frações;
 - d) Velar pelo cumprimento do dever de conservação das edificações no âmbito do regime jurídico de urbanização e edificação;
 - e) Atribuir números de polícia;
 - f) Elaborar periodicamente informações escritas sobre a atuação da fiscalização, bem como de situações anómalas detetadas.
- 4- Na área da comunicação e imagem, compete à Divisão:
- a) Definir e garantir a imagem corporativa do município;
 - b) Gerir o processo inerente à produção de materiais gráficos e multimédia adaptados a vários suportes de divulgação e elaborar manuais de identidade corporativa e imagens gráficas;
 - c) Elaborar publicações periódicas informativas sobre a atividade municipal;
 - d) Organizar conferências de imprensa;
 - e) Proceder à recolha de informação sobre a atividade das unidades orgânicas para incluir nas publicações de carácter informativo da câmara municipal, bem como para difusão junto dos órgãos de comunicação social;
 - f) Assegurar a supervisão de conteúdos institucionais das páginas da intranet e internet da câmara municipal, em colaboração com as restantes unidades orgânicas;
 - g) Gerir e manter o equipamento audiovisual da câmara municipal e assegurar o registo audiovisual e fotográfico de ações promovidas pela câmara municipal.

- 5- Compete ainda à Divisão Jurídica e de Comunicação, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

- Divisão de Ordenamento e Território (DOT) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

1. À Divisão de Ordenamento do Território, abreviadamente designada DOT, compete:
 - a) Assegurar o planeamento e ordenamento do território, promovendo a qualificação urbana, a acessibilidade e a mobilidade como fatores-chave para o desenvolvimento sustentado do concelho da Marinha Grande;
 - b) Acompanhar e participar na definição de estratégias de planeamento e de ordenamento intermunicipais e regionais;
 - c) Elaborar e assegurar a execução, implementação e monitorização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) definidos pela câmara municipal;
 - d) Participar na definição dos objetivos estratégicos na área do urbanismo e assegurar a sua execução;
 - e) Assegurar a gestão e atualização do Sistema de Informação Geográfica do Município, dando apoio à utilização do mesmo por outros serviços municipais, facultando-lhes a prestação de serviços através da disponibilização de bases de dados, articuladas com informação cartográfica;
 - f) Colaborar com o Instituto Nacional de Estatística nas operações dos censos da população e demais operações censitárias;
 - g) Proceder à recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação estatística caracterizadora da realidade socioeconómica do município e promover a elaboração de estudos de diagnóstico da realidade concelhia;
 - h) Coordenar as operações de proteção, prevenção, socorro e assistência, em especial em situações de catástrofe e calamidade pública, bem como o desenvolvimento de toda a política de segurança municipal definida.
2. À área do planeamento e projeto compete:
 - a) Promover e acompanhar os estudos necessários à elaboração e aprovação dos PMOT;
 - b) Acompanhar a elaboração de estudos e planos hierarquicamente superiores, nomeadamente, planos nacionais, regionais, setoriais e especiais de ordenamento do território, com impacto territorial no concelho;
 - c) Efetuar, no âmbito das suas competências, o acompanhamento da implementação dos PMOT elaborados;
 - d) Monitorizar, gerir e rever o Plano Diretor Municipal;
 - e) Assegurar a harmonização e compatibilização dos instrumentos de planeamento urbanístico com níveis de planeamento superior;

- f) Promover soluções urbanísticas em projetos de relevante interesse municipal, de modo a potenciar a qualificação da imagem do município;
- g) Apoiar a intervenção dos particulares em articulação com os interesses municipais, sempre que exista vontade do município em viabilizar a ocupação do território e potenciar a qualidade do espaço urbanizado e a sua integração com as políticas municipais para a gestão e planificação do território;
- h) Diligenciar a elaboração de estudos de incidência ambiental na área do município nas suas vertentes: ruído, resíduos sólidos, recursos hídricos, ar, energia e espaços verdes;
- i) Contactar e interagir com as autoridades do poder regional e central com vista ao estabelecimento de princípios corretos sobre a manutenção da boa qualidade do ambiente;
- j) Colaborar com outras entidades, designadamente organismos da Administração Central, no cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção do ambiente em geral, proteção da orla costeira e das linhas de água;
- k) Promover a elaboração e manter atualizada a cartografia digital e temática necessária ao apoio das funções de planeamento e gestão urbana do concelho;
- l) Conceber e gerir os sistemas de suporte da informação georreferenciada necessários aos serviços municipais;
- m) Gerir e atualizar as bases de dados municipais e regionais de demografia, território e desenvolvimento;
- n) Promover e acompanhar estudos de reabilitação urbana no concelho;
- o) Emitir pareceres em projetos de edificações e de loteamentos ao nível do desenho urbano e do enquadramento urbanístico, sempre que os mesmos ocorram em zonas abrangidas por PMOT, e se mostre necessário na análise de viabilidade de operações urbanísticas;
- p) Realizar, auscultando a Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, estudos no âmbito da sinalização instalada ou a instalar no concelho;
- q) Efetuar a gestão e atualização do Regulamento de Toponímia;
- r) Colaborar com a Divisão Jurídica e de Comunicação, na atribuição dos números de polícia;
- s) Executar e desenvolver os procedimentos técnicos e administrativos necessários à prossecução de processos de delimitação administrativa em articulação com o organismo da Administração Central competente;
- t) Elaborar os projetos de execução das obras públicas, por empreitada ou por administração direta, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos, nas Instruções para a elaboração de projetos de obras públicas e restante legislação e regulamentação aplicáveis;
- u) Apreciar projetos de infraestruturas e equipamentos elaborados por entidades externas, garantindo a sua integração com o espaço público e cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis;

- v) Fornecer todas as informações técnicas relativas aos requerimentos de colocação domiciliária de água e de estabelecimento de ligações domiciliária de ramais de águas residuais, solicitadas por outras unidades orgânicas;
 - w) Promover a elaboração dos projetos de arquitetura e de engenharia das especialidades necessários a prossecução do plano plurianual de investimentos do município, garantindo a sua sustentabilidade ambiental e energética, bem como a adequabilidade dos materiais face à sua utilização e o cumprimento da legislação aplicável à tipologia da obra e diretrizes contempladas nos instrumentos de gestão territorial;
 - x) Promover a elaboração do caderno de encargos, garantindo uma adequada definição das especificações dos serviços e dos materiais de construção e uma correta definição das condições técnicas (normas, certificados dos materiais, boletins de análise e inspeções técnicas);
 - y) Assegurar a coordenação de segurança em projeto, nos termos da lei;
 - z) Colaborar com a Divisão Jurídica e de Comunicação, na condução dos procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas;
 - aa) Colaborar com Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na análise das propostas de erros e omissões de projeto e de trabalhos a mais e a menos, nos termos da lei da contratação pública;
 - bb) Assegurar a realização do trabalho de topografia necessário à prossecução dos objetivos próprios da divisão e dos solicitados por outras unidades orgânicas;
 - cc) Assegurar a reprodução da cartografia, estudos, projetos e planos necessários ao funcionamento dos serviços.
3. À área do urbanismo compete:
- a) Garantir o atendimento (presencial, telefónico e online) e o apoio aos cidadãos no âmbito da atividade relacionada com as operações urbanísticas;
 - b) Prestar a informação técnica a particulares, no âmbito dos procedimentos que lhe compete apreciar;
 - c) Apreciar e dar parecer sobre os pedidos de informação prévia de construção de obras de edificação e demais operações urbanísticas, auscultando previamente, sempre que necessário ou legalmente exigido, outras unidades orgânicas e entidades externas;
 - d) Enquadrar os pedidos de comunicação prévia respeitantes às obras isentas de licença de construção nos termos da lei;
 - e) Proceder à tramitação dos pedidos e apreciação dos processos de licenciamento de operações urbanísticas, em consonância com os regulamentos e instrumentos de planeamento em vigor;
 - f) Apreciar os pedidos de autorização de utilização de edifícios bem como as alterações da utilização dos mesmos;
 - g) Assegurar as atividades de licenciamento nos termos da legislação aplicável das atividades da sua competência, designadamente, licenciamento de atividades industriais, instalação de reservatórios de combustíveis e postos de abastecimento de combustíveis, das atividades de restauração e bebidas, de empreendimentos turísticos,

de estabelecimentos comerciais, de grandes superfícies comerciais, de explorações agropecuárias, de equipamentos de saúde, sociais, culturais e desportivos, infraestruturas de suporte de instalações de radiocomunicações, auscultando previamente, sempre que necessário ou legalmente exigido, outras unidades orgânicas e entidades externas;

- h) Emitir pareceres respeitantes a projetos de edificações da responsabilidade da administração central ou de entidades concessionárias de serviço público isentas de licenciamento municipal;
- i) Emitir os alvarás e autorizações, decorrentes dos processos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas, depois de superiormente aprovados;
- j) Informar os pedidos de certidões de destaque, compropriedade, de constituição de propriedade horizontal;
- k) Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de licenciamento de publicidade e instalação de mobiliário urbano;
- l) Assegurar os licenciamentos da exploração de massas minerais;
- m) Assegurar o licenciamento florestal;
- n) Dar suporte técnico nos contratos de urbanização ou protocolos a celebrar entre os promotores e a Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos da legislação em vigor;
- o) Colaborar, com as demais unidades orgânicas, a realização da fiscalização técnica e receção de obras de urbanização por parte dos futuros órgãos gestores;
- p) Controlar os prazos de execução das obras de urbanização e as condições técnicas;
- q) Proceder ao cálculo das taxas resultantes dos processos que licencia, assim como proceder ao cálculo de taxas e compensações devidas por reforço de infraestruturas urbanísticas bem como pela não realização, total ou parcial, das cedências obrigatórias;
- r) Planear as ações de fiscalização, executar as vistorias e inspeções técnicas e elaborar os respetivos autos a realizar no domínio da sua intervenção;
- s) Emitir parecer sobre as exposições e reclamações apresentadas no âmbito de processos de licenciamento de operações urbanísticas que sejam da sua competência.

4. À área da Proteção civil compete:

- a) Promover campanhas de informação, educação e sensibilização da população sobre riscos e ameaças à segurança das pessoas e bens e medidas a adotar em caso de emergência;
- b) Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município;
- c) Assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal;
- d) Colaborar com as demais unidades orgânicas da autarquia em ações de avaliação de risco, nomeadamente a peritagem a edifícios e instalações cujas condições sejam suscetíveis de constituir uma ameaça à segurança de pessoas e bens;

- e) Elaborar os planos de prevenção e de emergência de âmbito municipal, gerais ou especiais, cuja execução esteja legalmente cometida às autarquias, e outros quando para tal seja solicitado;
 - f) Promover e colaborar com o Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e outros organismos na realização de exercícios e simulacros, de modo a testar a capacidade de execução e avaliação dos planos de prevenção e emergência de âmbito supramunicipal, gerais e especiais;
 - g) Assegurar as atribuições da autarquia em matéria de defesa da floresta contra incêndios;
 - h) Assegurar a limpeza e desobstrução das linhas de água na área de jurisdição municipal;
 - i) Coordenar os processos relativos à gestão de combustíveis;
 - j) Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município e propor medidas de segurança face aos riscos inventariados.
5. Compete ainda à Divisão de Ordenamento de Território, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

Na Divisão de Ordenamento do Território (DOT) é criado um cargo de direção intermédia de 3.º grau (Chefe de Unidade), cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, atendimento e apoio administrativo da área do urbanismo.

- Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

- 1- À Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, designada abreviadamente DCD, compete:
- a) Assegurar a gestão das atividades escolares do Município, assim como planear e executar as políticas municipais nesse âmbito;
 - b) Coordenar o planeamento, promoção e o desenvolvimento de atividades de natureza desportiva que se dirijam à população do concelho, numa perspetiva de desporto para todos;
 - c) Assegurar a gestão das atividades sociais do município, assim como planear e executar as políticas municipais nesse âmbito;
 - d) Dirigir, coordenar, planificar e desenvolver de forma integrada as atividades que se enquadrem no âmbito do planeamento, gestão, apoio e promoção das atividades de intervenção social e de juventude;
 - e) Assegurar a implementação de ações de desenvolvimento turístico com o objetivo de consolidar a imagem externa do concelho;
 - f) Coordenar, dinamizar e desenvolver a atividade cultural do Município;

- g) Assegurar a implementação e monitorização do apoio ao associativismo, garantindo a definição de uma metodologia e critérios de apoio ao movimento associativo, numa ótica de rigor, transparência e imparcialidade, tendo em vista a otimização quer dos meios da autarquia quer dos das entidades beneficiárias envolvidas;
- h) Apreçar pedidos de apoio e subsídios apresentados pelas entidades nas áreas da dinamização cultural e desportiva, e propor superiormente, de acordo com o Plano de Atividades Municipal aprovado, a atribuição de apoios no âmbito das competências da Câmara Municipal;
- i) Assegurar o controlo dos apoios atribuídos, validando os relatórios de atividades apresentados e os documentos contabilísticos comprovativos da boa aplicação dos apoios financeiros;
- j) Assegurar a recolha, tratamento e gestão de toda a informação cultural, histórica, desportiva e associativa, referente ao Concelho.

2- À área da educação compete:

- a) Cooperar com a comunidade educativa no desenvolvimento de atividades e ações que contribuam para a qualificação da educação e ensino no concelho;
- b) Emitir parecer sobre todas as atividades do município que envolvam relacionamento com o sistema educativo, nomeadamente estabelecimentos de educação e ensino e comunidade educativa;
- c) Acompanhar e avaliar as obras das instalações escolares e propor novas edificações ou arranjos;
- d) Estudar as carências em equipamentos educativos e propor a sua aquisição, substituição, reparação ou construção.
- e) Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação;
- f) Prestar apoio socioeconómico aos alunos do 1º ciclo do ensino básico cujas famílias apresentam um nível desfavorecido, através do processo de atribuição de auxílios económicos diretos (apoio monetário para livros e material escolar), de acordo com a legislação em vigor;
- g) Desenvolver o programa de alimentação escolar destinado à educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública, de acordo com as determinações legais;
- h) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares em articulação com os agrupamentos de escolas e garantir as condições de higiene e segurança alimentar nos refeitórios escolares;
- i) Planear e gerir as atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico em articulação com os agrupamentos das escolas, e demais entidades parceiras, nomeadamente na contratação, coordenação e avaliação do pessoal docente adstrito a estas atividades;
- j) Assegurar o acompanhamento e a atualização da Carta Educativa e promover a sua revisão;

- k) Acompanhar, em estreita colaboração com a Divisão de Urbanismo, Planeamento e Proteção Civil, concretamente com o serviço de Proteção Civil, a implementação e concretização dos planos de segurança das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância;
- l) Garantir a execução, acompanhamento e monitorização das atividades de componente de apoio à família na educação pré-escolar;
- m) Gerir todo o pessoal não docente da Autarquia em funções nas escolas do Concelho;
- n) Organizar e garantir o funcionamento de uma rede de transportes escolares.

3- À área do desporto compete:

- a) Apoiar, organizar, promover e divulgar atividades desportivas de interesse municipal;
- b) Elaborar, executar e fazer cumprir as obrigações decorrentes de contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo outorgados pelo Município e pelas entidades desportivas do concelho;
- c) Desenvolver as ações inerentes à gestão de equipamentos desportivos e promoção de atividades e eventos de animação cultural, desportiva e de lazer;
- d) Monitorizar o estado de conservação e manutenção das instalações e equipamentos desportivos e promover ações de vistoria aos equipamentos desportivos de uso público, em ordem a adequá-los ao cumprimento da legislação em vigor em matéria de segurança e qualidade das instalações.

4- À área da intervenção social compete:

- a) Programar e desenvolver projetos integrados de ação social e de juventude conducentes, designadamente à resolução de situações, problemas e carências da população, nomeadamente, nos domínios do combate à pobreza, à exclusão social e toxicodependência, como forma de estimular a adoção de estilos de vida saudáveis;
- b) Garantir a execução da política municipal na área da infância e juventude;
- c) Assegurar a gestão e dinamização do campo de férias;
- d) Incentivar e desenvolver projetos que contribuam para o desenvolvimento dos jovens, em parceria com as associações juvenis e entidades ligadas à juventude do concelho;
- e) Participar nas estruturas a nível municipal e programar medidas de apoio às organizações da sociedade civil que atuam direta ou indiretamente na área da juventude;
- f) Assegurar a gestão do parque habitacional social pertencente ao município;
- g) Garantir as condições de acesso, atribuição e divulgação da habitação social municipal disponível;
- h) Promover ações de informação e sensibilização para o bom uso das habitações sociais, por via de regulamentos ou normas de utilização;
- i) Organizar e apreciar os processos de concurso de habitação social e promover a inclusão social dos moradores dos edifícios sob a sua gestão;
- j) Organizar e manter atualizado o cadastro das habitações sociais do município, nomeadamente quanto aos agregados familiares e às características das habitações;
- k) Monitorizar o estado de conservação e manutenção das habitações sociais;

- l) Coordenar a Rede Social do Concelho;
 - m) Assegurar a parceria e o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
 - n) Assegurar a parceria no Rendimento Social de Inserção;
 - o) Integrar o Conselho Local de Ação Social e o respetivo núcleo executivo, promovendo uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes;
 - p) Proceder ao atendimento, informação e acompanhamento de famílias ou pessoas em situações de carência e ao encaminhamento dos casos identificados para os organismos adequados;
 - q) Propor medidas e programar, em conjunto com a entidade gestora do centro de saúde, ações de sensibilização e de prevenção no âmbito da educação e promoção para a saúde;
 - r) Supervisionar e dinamizar a Loja Social do Município da Marinha Grande.
- 5- À área do turismo compete:
- a) Identificar e divulgar os recursos turísticos existentes no território e promover o turismo enquanto recurso para o desenvolvimento local;
 - a) Conceber e organizar eventos e projetos de interesse turístico e promover a imagem e recursos turísticos do concelho, nomeadamente através da participação em certames, feiras, exposições ou outras iniciativas;
 - b) Gerir os equipamentos de interesse turístico e efetuar o atendimento ao público, prestando todos os esclarecimentos pretendidos no âmbito das atividades turísticas, recursos e potencialidades do concelho, promover visitas guiadas a locais de interesse turístico, entre outros;
 - c) Dinamizar programas e ações de educação e sensibilização ambiental dirigidas às escolas e público em geral;
 - d) Programar, organizar e dinamizar ações e atividades de divulgação, valorização e proteção do património natural versus biodiversidade, assim como salvaguarda do Património Histórico Natural do concelho;
 - e) Criar e conceber conteúdos técnicos, relativos ao património natural observável a fim de possibilitar a consolidação da rede de pontos notáveis;
 - f) Promover o turismo ambiental no concelho;
 - g) Promover percursos temáticos;
 - h) Garantir a caracterização ecológica e paisagística da rede de pontos notáveis;
 - i) Inventariar a situação turística do concelho em função da sua natureza e objetivos;
 - j) Assegurar a exploração e gestão do parque de campismo.
- 6- À área da cultura compete:
- a) Apoiar e dinamizar as relações institucionais e de cooperação externas promovidas pela Câmara Municipal;

- b) Assegurar as funções de protocolo e dar apoio, no âmbito das suas competências, à realização de congressos, conferências e seminários promovidos pela câmara municipal;
 - c) Assegurar a gestão das ofertas institucionais/sociais e a representação da câmara municipal em feiras e festividades ou outros eventos.
 - d) Promover a proteção e divulgação do património histórico e cultural;
 - e) Assegurar a gestão, programação e dinamização dos equipamentos culturais e museológicos do Concelho, bem como da biblioteca municipal, promovendo a conservação, investigação, dinamização e segurança de todos os bens culturais sob a sua alçada;
 - f) Proporcionar uma programação cultural diversificada, contribuindo para o enriquecimento cultural e intelectual dos cidadãos;
 - g) Planear, programar, coordenar e controlar, em articulação com outras unidades orgânicas, as atividades de gestão, inventariação, salvaguarda, valorização e classificação do património cultural do município nas suas dimensões material (histórico edificado, urbanístico, documental, técnico-científico, rural, arqueológico, etnográfico e paisagístico) e não material (realidades sem suporte material), que constituam elementos estruturantes da identidade e da memória coletiva local;
 - h) Assegurar a gestão da Biblioteca Municipal;
 - i) Apoiar as bibliotecas escolares, estimulando a sua criação e acompanhado o desenvolvimento das existentes;
 - j) Estudar, salvaguardar e divulgar todas as coleções dos museus municipais, nomeadamente realizando intervenções de conservação e restauro;
 - k) Gerir o arquivo municipal;
 - l) Assegurar o depósito, seleção, tratamento, conservação e eliminação de todos os documentos, nos termos da lei e regulamentação em vigor;
 - m) Planear, programar, coordenar e executar as ações de deteção, inventariação, conservação e organização de fundos documentais com interesse histórico existentes no concelho.
- 7- Compete ainda à Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (DISU) – Liderada por cargo de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

- 1- À Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, abreviadamente designada DISU, compete:

- a) Identificar as necessidades de criação, renovação, reparação ou intervenção em edifícios, instalações e equipamentos municipais, serviços, redes de circulação integrados no património municipal;
 - b) Assegurar a fiscalização de empreitadas de obras públicas;
 - c) Assegurar a coordenação e fiscalização das atividades dos operadores públicos ou privados que intervenham ou ocupem o espaço público, com vista à gestão criteriosa do subsolo, de forma a minimizar o impacto negativo das referidas atividades;
 - d) Assegurar a manutenção e conservação de todos os bens imóveis que integrem o domínio privado e o domínio público municipais, não expressamente atribuídos a outras unidades orgânicas;
 - e) Assegurar a manutenção e conservação permanente da rede viária, rede de águas pluviais e espaço público;
 - f) Assegurar a gestão, conservação e manutenção das infraestruturas públicas afetas à prestação do fornecimento de água para consumo humano e à recolha de águas residuais;
 - g) Promover todas as ações destinadas a garantir a salubridade pública;
 - h) Assegurar a gestão, manutenção e conservação da frota automóvel do Município;
 - i) Enquadrar e acompanhar todas as questões relacionadas com os aspetos de segurança, saúde e higiene no trabalho no âmbito das obras promovidas ou acompanhadas pela divisão;
 - j) Preparar e assegurar, de acordo com os meios próprios existentes, a execução de obras municipais por administração direta e estabelecer os necessários procedimentos de controlo, tanto no que diz respeito à utilização de máquinas como à gestão do pessoal envolvido;
 - k) Produzir, em colaboração com a Divisão de Administração e Modernização, a informação estatística no âmbito do processo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, no que se refere a abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos.
- 2- À área de infraestruturas, compete:
- a) Assegurar a fiscalização de contratos de empreitadas de obras públicas, garantindo o cumprimento do projeto, das especificações dos cadernos de encargos, qualidade e prazos de execução, através da definição e implementação de metodologias de controlo de execução de obra;
 - b) Propor a aprovação das alterações em obra, garantindo a continuidade dos princípios orientadores dos respetivos projetos, em articulação com a Divisão de Ordenamento do Território;
 - c) Remeter à Divisão de Ordenamento do Território, aquando do final da empreitada, as telas finais com vista à atualização permanente dos respetivos cadastros;
 - d) Participar, em colaboração com a Divisão de Ordenamento do Território, na receções provisórias e definitivas das obras de urbanização;

- e) Assegurar a gestão, manutenção e conservação permanente, por administração direta ou por contratação externa, da rede viária municipal;
- f) Assegurar a gestão, manutenção e conservação permanente, por administração direta ou por contratação externa, da rede de águas pluviais;
- g) Proceder à implementação, manutenção e conservação, por administração direta ou por contratação externa, da sinalização rodoviária, equipamentos de trânsito e placas toponímicas;
- h) Assegurar a gestão, manutenção e conservação permanente, por administração direta ou por contratação externa, da rede de abastecimento de águas e de redes de águas residuais;
- i) Assegurar o fornecimento de água, nomeadamente no que respeita ao controlo da quantidade e qualidade e às condições de serviço de drenagem das águas residuais;
- j) Proceder de forma articulada e criteriosa à gestão dos contratos de prestação serviços de controlo da qualidade da água para consumo humano celebrados pelo município, de forma a atingir as metas orçamentais definidas;
- k) Assegurar a operacionalidade, manutenção e desenvolvimento do sistema de telegestão da rede de abastecimento de água do concelho;
- l) Assegurar a execução, por administração direta ou por contratação externa, das ordens de serviço relativas à colocação, substituição e retirada de contadores de água para consumo humano;
- m) Assegurar a ligação e/ ou interrupção, por administração direta ou por contratação externa, do fornecimento de água, bem como, efetuar as baixas oficiosas dos contadores de abastecimento de água;
- n) Assegurar a execução, por administração direta ou por contratação externa, de ramais de abastecimento e troços de redes de águas e águas residuais;
- o) Proceder à atualização sistemática dos cadastros gerais e parciais da rede de abastecimento de águas e de drenagem de águas residuais;
- p) Denunciar a existência de eventuais manipulações dolosas ou negligentes que tenham sido praticadas nos contadores ou respetivas redes;
- q) Assegurar, em articulação com a Divisão de Administração e Modernização, os orçamentos para novos ramais de água e de saneamento;
- r) Assegurar a gestão e manutenção do parque automóvel e parque de máquinas municipal;
- s) Assegurar a gestão técnica da frota, garantindo a sua manutenção preventiva, coligindo e tratando toda a informação referente a cada veículo nomeadamente, quilómetros percorridos, combustíveis consumidos, custos de manutenção e acidentes, recorrendo às aplicações informáticas adequadas;
- t) Promover as necessárias reparações dos veículos e máquinas, quer através de meios próprios e/ou com recurso a oficinas externas;
- u) Gerir o contrato da iluminação pública;
- v) Assegurar a gestão, manutenção e conservação permanente, por administração direta ou por contratação externa, dos sistemas semafóricos;

- w) Programar e executar os trabalhos de conservação, reparação e manutenção dos equipamentos e instalações elétricas e eletromecânicas das instalações e equipamentos municipais;
 - x) Proceder de forma articulada e criteriosa à gestão dos contratos de prestação serviços para assistência técnica, celebrados pelo município, de forma a atingir as metas orçamentais definidas;
 - y) Assegurar a gestão das equipas de trabalho e a coordenação das atividades de administração direta pelos serviços municipais de construção civil, carpintaria, serralharia, eletricidade, mecânica e pintura;
 - z) Proceder de forma articulada e criteriosa à gestão dos contratos de segurança privada celebrados pelo município, de forma a atingir as metas orçamentais definidas;
 - aa) Promover, no âmbito das empreitadas, a articulação com os órgãos responsáveis pela gestão futura dos equipamentos e instalações.
- 3- À área de serviços urbanos compete:
- a) Assegurar a manutenção e conservação permanente, por administração direta ou por contratação externa, dos parques e jardins, bem como dos equipamentos de recreio e lazer neles existentes;
 - b) Promover a recolha, por administração direta ou por contratação externa, de resíduos sólidos urbanos;
 - c) Promover a limpeza, por administração direta ou por contratação externa, das vias e locais públicos;
 - d) Desencadear as ações necessárias à eliminação de focos atentatórios de saúde pública, incluindo operações de eliminação de pragas;
 - e) Assegurar a limpeza, por administração direta ou por contratação externa, das praias no âmbito das atribuições e competências municipais;
 - f) Promover o controlo da qualidade das águas balneares;
 - g) Proceder de forma articulada e criteriosa à gestão dos contratos de prestação de serviços de limpeza urbana e de manutenção e conservação dos espaços verdes celebrados pelo município, de forma a atingir as metas orçamentais definidas;
 - h) Comunicar superiormente as situações detetadas que contrariem normas regulamentares em matéria de Ambiente;
 - i) Providenciar pelo desenvolvimento e manutenção das espécies vegetais existentes nos espaços públicos;
 - j) Promover a arborização, arranjo e as utilizações das áreas de cedência e espaços envolventes das urbanizações;
 - k) Assegurar a gestão do horto municipal;
 - l) Gerir e otimizar a recolha de objetos volumosos (“monos”) e velharias;
 - m) Garantir a gestão e funcionamento dos sanitários públicos;
 - n) Executar o serviço de limpeza das fossas domésticas.

- 4- Compete ainda à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes ao cabal e completo desempenho da sua missão e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe foram fixados.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

37 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – PROPOSTA DE REGULAMENTO

799 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

Neste quadro, é legalmente conferido à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).

As diferentes associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Importa, no entanto, estabelecer regras claras e prévias à atribuição de apoios ou benefícios públicos assegurando o cumprimento dos princípios da prossecução obrigatória do interesse público, da igualdade e da proporcionalidade.

Considerando que na presente proposta regulamento estabelecem-se as regras de avaliação das candidaturas aos diferentes tipos de programa previstos e os critérios relativos à definição dos apoios ou benefícios financeiros ou de outra espécie.

Considerando que a presente proposta de regulamento acolhe as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção em matéria de atribuição e controlo de benefícios públicos a favor de entidades privadas.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alínea a) e b), do n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (Anexo 5).

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

Durante a discussão deste regulamento foram apresentadas as seguintes sugestões:

- o Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira sugeriu a criação de uma grelha objetiva para a pontuação dos critérios de seleção (art.º 13.º, n.º 2).
A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira vai analisar esta possibilidade com o Chefe da DEDIS.
- o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho sugeriu que a redação do art.º 15.º, n.º 1 termine na parte das “... *disponibilidades financeiras reais*”, retirando a referência à Lei dos compromissos.
O Sr. Presidente referiu que vai verificar se juridicamente é possível retirar esta referência, e se não houver qualquer impedimento será retirada.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, pelas 13:00 horas, para almoço.

Recomeçou pelas 15:00 horas, com a análise e votação dos processos de obras particulares, agendados e não agendados, e restante ordem do dia.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho não esteve presente no período da tarde.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho ausentou-se da reunião pelas 16:00 horas, depois de ter votado o ponto 18 da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - REQ. N.º 1999/12 – PC N.º 38/10 – MOLDOESTE – INDÚSTRIA DE MOLDES, LDA.

800 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Edifício Industrial*” existente, localizada em Tojeira de Picassinos, Freguesia de Marinha, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 546/1985, em nome de GRANDMOLD-MOLDES DA MARINHA GRANDE, LDA., referente à obra de “Ampliação de Instalações Fabris”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 7/1986, de 06/01 e Licença de utilização n.º 17/1996, de 25/01.

Presente Autorização de Alteração referente à “*Ampliação de Área Fabril*”, proferida por Despacho do Diretor Regional da Direção Regional de Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação, datado de 09/10/2006, no âmbito do RELAI – Regime Legal para Exercício da Atividade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10/04 e Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11/04 – Processo n.º 2008056/01.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinados condicionalismos.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Cumprimento das Condições Gerais de Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente nos Locais de Trabalho, constantes do Anexo 1 da Autorização de Alteração emitida pela Direção Regional de Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1933/12 – PC N.º 356/12 – SUPERVIEIRA – SUPERMERCADOS, LDA.

801 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Edifício Comercial*” existente, localizado em Barqueiro, Lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 638/2000, em nome de IMOALCANENA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A., referente à obra de “*Construção de Edifício Comercial - Supermercado*”, à qual foi atribuída o Alvará de Obras de Construção n.º 449/2002, de 11/06 e Alvará de Obras de Construção (alterações) n.º 702/2002, de 17/09, dispondo de Licença de utilização n.º 324/2002, de 24/09.

Processo Camarário n.º 87/2009, em nome de SUPERVIEIRA – SUPERMERCADOS, LDA., referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Posto de Abastecimento de Combustíveis*”, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 54/2010, de 20/04 e Licença de Utilização/Exploração n.º 81/2010, de 20/07.

Presente Autorização no âmbito do RJREN – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, datada de 10/08/2012, emitida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Centro, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, relativa à ampliação da edificação em área abrangida por solos da Reserva Ecológica Nacional, que se transcreve:

(...)

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Exas. que o local em apreço é abrangido por solos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), no sistema: “Cabeceiras das linhas de água”, de acordo com a Carta da reserva Ecológica Nacional (REN) eficaz para o concelho da Marinha Grande.

Aquela designação corresponde atualmente a categoria de área inserida em REN: “Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos”, conforme Anexo IV do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN).

Considerados os elementos aditados ao processo no 18 do passado mês de julho, informa-se que se emite autorização à pretensão, relativa à ampliação da edificação em área abrangida por solos da Reserva Ecológica Nacional, nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iii) da alínea b) do n.º 3 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto (Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional), por se considerar que a mesma não se afigura incompatível com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e por ser dada satisfação aos requisitos constantes na alínea g) do n.º 1 do Anexo I da Portaria n.º 1356/2008, de 28 de Novembro.

(...)

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinados condicionalismos.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**

2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 434/12 – PC N.º 352/08 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.

802 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração e Ampliação de Unidade Industrial*” existente, localizada na Rua da Índia, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, tendo em vista a regularização da atividade no âmbito do disposto no Regime Jurídico da Atividade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 139/87, em nome Plimat – Plásticos Industriais Matos, Lda., relativo ao Licenciamento da Obra de “*Construção de Unidade Industrial*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 153/90, de 19/02 e respetivo Licenciamento Industrial concedido pelo Ministério da Economia, por Despacho de 14/08/1987.

Presente parecer emitido pela Direção Regional de Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, autorizando a alteração pretendida à unidade industrial em causa. Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem as alterações efetuadas aptas a merecerem aprovação, com um conjunto de condicionalismos que se transcrevem e passam a constar do teor da presente deliberação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o presente processo de alteração e ampliação de unidade industrial, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos complementares aplicáveis às alterações efetuadas, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.**
- 2. Apresentação, em igual período, de comprovativo de autorização emitido pela ARH do Centro, I.P., relativamente às construções propostas em Área de Proteção Especial definida na Carta de Ordenamento do PDMMG.**
- 3. Apresentação, no mesmo prazo, de peças desenhadas e/ou escritas que permitam esclarecer cabalmente o conjunto de diferenças detetadas ao nível do projecto, sendo essas diferenças mais claramente visíveis entre as plantas constantes no requerimento inicial e as do conjunto agora entregue pelo requerente.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

4. Cumprimento, em igual período, dos condicionalismos expressos em Despacho do Chefe de Divisão da DLOP, datado de 12/11/2010, comunicado pelo Ofício n.º 1317/10, datado de 22/11/2010 e rececionado a 7/12/2010.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1947/12 – PC N.º 151/09 – JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA

803 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Edifício de Habitação*” existente, localizado na Rua Helena Lopes Vieira, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Alteração n.º 88/2011, de 19/08, com termo em 18/08/2012 e prorrogação válida por um período de mais três meses.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços que atesta a sua conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1569/12 – PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARINO PEGO

804 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Ampliação/Alteração da Fração A*” de um edifício habitacional existente, sito na Rua das Amoreiras, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Presente informação técnica dos serviços que atesta estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do art. 94.º do regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1995/11 – PC N.º 74/10 – MANUEL MARIA FERREIRA HENRIQUES

805 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edificação e Legalização da Construção de Anexos*” existentes, localizados na Rua 1.º de Janeiro, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, bem como Pedido de Emissão de Certidão em como se encontrar preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do conjunto edificado ao Regime de Propriedade Horizontal.

Presente antecedente relativo ao Processo Camarário n.º 343/1973, em nome de Manuel Maria Ferreira Henriques, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Prédio de 1.º Andar*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 370/1973, de 10/05, com 1.ª prorrogação n.º 623/1973, de 08/08 e 2.ª prorrogação n.º 712/1973, de 07/09, dispondo ainda da Licença de Utilização n.º 97/2003, de 09/04.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão, com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições, bem como se encontrarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Apresentação de Declaração de Compromisso, referente à futura cedência de uma faixa de terreno ao longo da confrontação do prédio com a Rua 1.ª de Dezembro, destinada à construção de passeio e eventual alargamento da via, caso aquele arruamento venha a ser objeto de beneficiação futura.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Deliberou ainda mandar emitir a Certidão requerida para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de Autorização de Utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1990/12 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JUNIOR

806 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Alteração e Ampliação de Habitação Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação*”, localizados em prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

1. Execução de todos os arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente que:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1931/12 – PC N.º 157/10 – ROSALINA SANTOS CARVALHO

807 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Alteração e Ampliação de Moradia*” existente, localizada na Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, Lugar de Camarnal, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1278/1984, em nome de Rosalina dos Santos Carvalho, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de Moradia*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 70/1985, de 24/01;

Processo Camarário n.º 1276/1990, em nome de Rosalina dos Santos Carvalho, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Muro*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 1003/1990, de 06/12.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão, com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de Autorização de Utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1633/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

808 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de três Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo de Projeto de Arquitetura e das Especialidades aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012, alterada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 31/10/2012.

Presente requerimento pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1635/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

809 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de um Armazém e duas Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo de Projeto de Arquitetura e das Especialidades aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/07/2012, alterada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 31/10/2012.

Presente requerimento pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 616/12 – PC N.º 171/2012 – MÁRIO JOSÉ NOGUEIRA MONTEIRO

810 - Presente requerimento apresentado pelo Administrador de Condomínio do prédio sito na Avenida D. João Pereira Venâncio, n.º 500, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a verificação das condições de segurança e salubridade do respetivo edifício.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou determinar a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 2028/08 – PC N.º 477/07 – CARLA MARGARIDA SOUSA OLIVEIRA

811 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Instalação de Estabelecimento de Bebidas*”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Avenida da Articulação, Lugar da Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 15 de Janeiro de 2009.

Presente parecer técnico dos serviços propondo a Declaração de Caducidade do ato que aprovou o Projeto de Arquitetura relativo à “*Instalação de Estabelecimento de Bebidas*”, por ter decorrido o prazo de suspensão do processo de licenciamento pelo período de seis meses, na falta de apresentação dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou Declarar a Caducidade do ato que aprovou o Projeto de Arquitetura relativo à “*Instalação de Estabelecimento de Bebidas*”, por ter decorrido o prazo de suspensão do processo de licenciamento pelo período de seis meses, nos termos do n.º 6 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, bem como o arquivamento oficioso do respetivo processo, por falta da apresentação dos Projetos das Especialidades aplicáveis, no prazo estabelecido no art. 20.º do referido diploma legal.

Mais deliberou informar que foi ultrapassado o prazo concedido ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicado através do anterior Ofício n.º 141/2012, de 13/02, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram a Declaração de Caducidade proferida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PROCESSO N.º 342/97 - REQUERENTE: BANCO POPULAR PORTUGAL - LOCAL: RUA VASCO DA GAMA-CASAL DOS OSSOS - REQUERIMENTO N.º 2321/11 - ADITAMENTO AO PROCESSO DE LOTEAMENTO - DATA DO REQUERIMENTO: 2011/11/15

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

812 - Presente requerimento de Banco Popular Portugal, datado de 2011/11/15 a solicitar a junção ao processo de elementos relativos à especialidade de Espaços Verdes/ arquitetura paisagista, nomeadamente:

- Telas Finais do Projeto de Arranjos Exteriores;
- Declaração do Projetista;
- CD Rom.

Presente, igualmente, informação técnica da DASUP, que aqui se dá por integralmente transcrita.

Face aos elementos presentes para apreciação a Câmara delibera:
Aprovar a componente que acompanha o requerimento 2321/2011, de 15 de Novembro de 2011, nomeadamente as telas finais do projecto de arranjos exteriores, uma vez que, à presente data, os espaços verdes se encontram concluídos de acordo com as telas finais apresentadas pelo requerente.

Comunicar ao requerente a aprovação dos elementos supracitados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - PROCESSO N.º 342/97 - REQUERENTE: BANCO POPULAR PORTUGAL - LOCAL: RUA VASCO DA GAMA-CASAL DOS OSSOS - REQUERIMENTO N.º 1002/11 - VISTORIA DE OBRAS DE INFRAESTRUTURAS - DATA DO REQUERIMENTO: 2011/05/13

Assunto retirado da ordem do dia.

16 - CRIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, RESPETIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO ARTIGO 7.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO.

Assunto discutido e votado no início da reunião.

17 - EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”. PARECER JURÍDICO EXTERNO.

813 - Considerando que foi suscitada, em anterior reunião, dúvida sobre a legalidade de continuação da execução dos trabalhos do contrato de empreitada de “Reabilitação do

edifício da antiga fábrica da resinagem da Marinha Grande”, tendo em conta o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo já conhecido.

Considerando que importa garantir que as decisões tomadas, em função dos elevados valores envolvidos, se encontram alicerçadas em sólida fundamentação jurídica.

Considerando que, para este efeito, importa recorrer aos mais credenciados especialistas na matéria.

Considerando que o Professor Doutor Sérvulo Correia é indiscutivelmente uma referência nacional na área do direito administrativo e designadamente em sede de contencioso administrativo e contratação pública.

Presente Parecer jurídico, no qual se analisam as “consequências da anulação jurisdicional de um ato de exclusão de proposta sobre o contrato de empreitada de obras públicas celebrado na sua sequência” e se conclui que o contrato deve permanecer em execução.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, assegurando para os devidos efeitos o cumprimento do artigo 26.º, n.º 4, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, reportado a trinta de outubro de dois mil e doze, e de acordo com o artigo 303.º, do Código dos Contratos Públicos, tomar conhecimento do Parecer jurídico presente, do Prof. Doutor Sérvulo Correia e do Dr. João Amaral e Almeida, que suporta a continuação na execução do contrato de empreitada de “Reabilitação do edifício da antiga fábrica da resinagem da Marinha Grande” e os atos administrativos subsequentes que se revelem necessários no seu âmbito, designadamente a aprovação de revisões ordinárias de preços, assunção de compromissos plurianuais, alterações do plano de trabalhos ou aprovação de trabalhos a menos.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

18 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM. DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

814 - Considerando que, por efeito da adequação dos estatutos da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, o mandato dos atuais titulares dos órgãos sociais cessa a 31 de dezembro de 2012.

Considerando que o mandato dos órgãos sociais deve coincidir com o mandato autárquico.

Considerando que compete à Assembleia Municipal, por proposta desta Câmara Municipal, designar o fiscal único da TUMG, de acordo com o artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que deve, de igual modo, ser designado o suplente do fiscal único, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que o fiscal único deve ser obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o artigo 25.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que é aconselhável manter a estabilidade no exercício do mandato do fiscal único da empresa municipal, pelo que se revela ajustado designar para completar o mandato o atual fiscal único.

Considerando que compete à Assembleia Municipal fixar a remuneração dos membros dos corpos sociais das empresas municipais, de acordo com o artigo 53.º, n.º 2, alínea l), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que se deve manter a remuneração anual praticada nos anos anteriores, que ascende a 6.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal.

Considerando que a sociedade João Cruz, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal Lda., se encontra registada sob o n.º 231, na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e que o Dr.º João Carlos Cunha da Cruz e o Dr.º Fernando de Jesus Amado dos Santos são revisores oficiais de contas.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), para os efeitos do artigo 53.º, n.º 2, alínea l), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propor à Assembleia Municipal:

- 1) A designação como fiscal único efetivo da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM a sociedade João Cruz, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (n.º de registo 231), representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz (revisor oficial de contas n.º 1228) e, como suplente, o Dr.º Fernando de Jesus Amado dos Santos (revisor oficial de contas n.º 853).**
- 2) A fixação da remuneração anual, do fiscal único efetivo, em 6.000,00 euros (seis mil euros), a que acresce IVA à taxa legal.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

- 3) Que a designação produza efeitos reportados a 1 de janeiro de 2013 e cesse nos termos previstos no artigo 8.º, dos estatutos da empresa.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

19 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: JOÃO PAULO RODRIGUES SANTOS - DEFERIMENTO.

815 - Presente Informação Jurídica n.º 1345/2012, de 30/11/2012, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente movimentos Webdoc correspondentes à E/8287/2012 (anexo II)

Presente Informação da DOEM, enviada via Webdoc, em 26/11/ 2012 (anexo III);

Presente requerimento n.º E/8287/2012, de 09/11/2012, apresentado pelo lesado João Paulo Rodrigues Santos, na qual junta orçamento de reparação do veículo Ford Fiesta, com a matrícula 06-LE-09 e requer indemnização no valor de 260,02 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 26 de Outubro de 2012, pela existência de um buraco originado pela ausência de diversos paralelos de calçada numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua Nova da Comeira - e cujo pavimento é composto por calçada grossa de granito (anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação n.º 1345/2012, de 30/11/2012 (anexo IV) Anexo 1 da presente ata, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado João Paulo Rodrigues Santos, contribuinte n.º 157 946 240, no montante de duzentos e sessenta euros e dois cêntimos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura e recibo emitidos- pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS

816 - Presente projeto de alteração do “Regulamento sobre o Licenciamento de Acesso a Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro - Transferência para as câmaras municipais de competências dos governos civis”.

- Considerando que o Regulamento sobre o Licenciamento de Acesso a Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro - Transferência para as câmaras municipais de competências dos governos civis”, publicado em 15 de Julho de 2003, na II série do Diário da República, adaptou à realidade local o Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, que regula o regime jurídico de acesso, exercício e fiscalização de diversas atividades;

- Considerando que este diploma sofreu diversas alterações, operadas pelos Decretos-Leis nº 114/2008, de 1 de julho, 48/2011, de 1 de Abril e 204/2012, de 29 de agosto.

- Considerando que as mencionadas alterações se repercutem substancialmente em alguns procedimentos, não tendo, ainda, sido contempladas no referido Regulamento;

- Considerando que o exercício da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e o licenciamento da atividade de realização de leilões deixou de estar sujeito a licenciamento municipal;

- Considerando que se agilizou o exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão, bastando que o proprietário da máquina proceda ao seu registo no balcão único eletrónico;

- Considerando que se eliminou o licenciamento municipal da exploração de máquinas de diversão eletrónicas, mantendo-se a obrigatoriedade do seu registo e da classificação de temas de jogo;

A Câmara Municipal no uso da competência conferida pela alínea a) do nº 6 do artigo 64º, para efeitos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro que a republicou, delibera apresentar à Assembleia Municipal o projeto de alteração ao “Regulamento sobre o Licenciamento de Acesso a Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro - Transferência para as câmaras municipais de competências dos governos civis” (Anexo 2).

Mais delibera, com os mesmos fundamentos legais, propor à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de retificação ao referido Regulamento:

- Na alínea d) do nº 2 do artigo 7º, onde se lê “afixados”, deve ler-se “afixadas”.
- Na alínea b) do nº 1 do artigo 8º, onde se lê “artigo 8º”, deve ler-se “artigo 9º”.
- No artigo 13º onde se lê “município” deve ler-se “Município”.
- No capítulo referente ao “Regime de exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão” onde se lê “ IV” deve ler-se “VI”.
- No número 2 do artigo 41º onde se lê “Portaria nº 144/2003, de 14 de fevereiro” deve ler-se “Portaria nº 144/2003, de 10 de fevereiro “.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “KAIS BAR” NA PRAIA DA VIEIRA

817 - Presente informação nº 07/AF de 07-12-2012, Gabinete de Atendimento ao Município que se passa a transcrever:

“José Teófilo Catarino Marques, na qualidade de proprietário do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Kais Bar”, sito na Praia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2012, das 2:00h às 6:00h, para comemoração da passagem de ano.

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.

Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) n.º1 art.2º).

Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:

- *Registo de saída nº 5135 de 26-11-2012 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;*
- *Registo de saída nº 5136 de 26-11-2012 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;*
- *Registo de saída nº 5137 de 26-11-2012 - Sindicato da Industria Hoteleira, Turismo,*

Restaurantes e Similares;”

Presente pareceres das entidades consultadas ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, ACIMG- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande, DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que se pronunciaram de modo favorável à pretensão da requerente. Porém todos eles alertam que devem ficar salvaguardadas a segurança e ordem pública, quer dos utentes dos estabelecimentos, quer da própria vizinhança.

A Câmara depois de analisar a informação nº 7/AF de 07-12-2012 e os referidos pareceres, delibera autorizar o alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento “Kais Bar” das 2:00h às 6:00h, nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “KOPPU’S BAR” NA PRAIA DA VIEIRA

818 - Presente informação nº 06/AF de 07-12-2012, Gabinete de Atendimento ao Município que se passa a transcrever:

“Paulo Rogério Tomaz Simãozinho, na qualidade de proprietário do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Koppu’s Bar”, sito na Praia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2012, das 4:00h às 6:00h, para comemoração da passagem de ano.

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.

Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) n.º1 art.2º).

Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

- *Registo de saída nº 5135 de 26-11-2012 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;*
- *Registo de saída nº 5136 de 26-11-2012 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;*
- *Registo de saída nº 5137 de 26-11-2012 - Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares;"*

Presente pareceres das entidades consultadas ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, ACIMG- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande, DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que se pronunciaram de modo favorável à pretensão da requerente. Porém todos eles alertam que devem ficar salvaguardadas a segurança e ordem pública, quer dos utentes dos estabelecimentos, quer da própria vizinhança.

A Câmara depois de analisar a informação nº 6/AF de 07-12-2012 e os referidos pareceres, delibera autorizar o alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento “Koppu`s Bar” das 4:00h às 6:00h, nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “OCEANO BAR” NA PRAIA DA VIEIRA

819 - Presente informação nº 05/AF de 07-12-2012, Gabinete de Atendimento ao Município que se passa a transcrever:

“Micael Marques Salgueira, na qualidade de proprietário do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Oceano Bar”, sito na Praia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional nos dias 29 e 30 de dezembro de 2012, das 4:00h às 6:00h, para comemoração da passagem de ano.

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) nº1 art.2º).

Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:

- *Registo de saída nº 5312 de 07-12-2012 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;*
- *Registo de saída nº 5313 de 7-12-2012 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;*
- *Registo de saída nº 5311 de 07-12-2012 - Sindicato da Industria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares;"*

Presente pareceres das entidades consultadas ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, ACIMG- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande, DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que se pronunciaram de modo favorável à pretensão da requerente. Porém todos eles alertam que devem ficar salvaguardadas a segurança e ordem pública, quer dos utentes dos estabelecimentos, quer da própria vizinhança.

A Câmara depois de analisar a informação nº 5/AF de 07-12-2012 e os referidos pareceres, delibera autorizar o alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento “Oceano Bar” das 4:00h às 6:00h, nos dias 29 e 30 de dezembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REDE DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS – ADESÃO FORMAL

820 - Presente o projeto de estatutos da futura “*Associação Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento*”, que esclarece e determina os fins últimos desta associação, os direitos e deveres dos associados, os seus órgãos de gestão e as competências que lhes serão atribuídas, na sequência de deliberação de Câmara, datada de 26 de Março de 2009, que decidiu a participação da autarquia no projeto “Rede de Cooperação para o Desenvolvimento”, financiado pela Comissão Europeia, em parceria com o Município de Loures e com o Instituto Marquês de Valle Flor.

Presente informação da DCCM – Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Área de Relações Institucionais e de Cooperação, contextualizando e descrevendo a evolução deste projeto, propondo a aprovação destes estatutos e a adesão formal à Rede de Cooperação para o Desenvolvimento - *“Associação Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento”*, cuja instalação deverá ocorrer em data a determinar, logo que se mostrem cumpridos todos os procedimentos legais e materiais aplicáveis.

Propõe-se, ainda, que esta deliberação seja submetida a autorização da Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal, apreciou a informação supra citada, da Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização e revendo-se no projeto de estatutos da futura “Associação Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento”, cujos objetivos coincidem com o desejo da Câmara Municipal de participar *“numa estratégia eficaz de luta contra a pobreza”*, de uma forma global, em particular, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2000, a que se atribuiu a designação de ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, delibera, ao abrigo da competência conferida pelo art.º 64.º n.º 4 alínea f) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o projeto de estatutos (Anexo 3) e a adesão formal a esta associação, logo que se mostrem cumpridos todos os procedimentos legais e materiais necessários à sua instalação.

Mais deliberou solicitar a devida autorização da Assembleia Municipal, nos termos do previsto no art.º 53.º, n.º 2, alínea m), do mesmo diploma citado.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

821 - Presente informação da DOPP, com a ref. MF 22.11.2012, na qual se propõe a aprovação de:

- a) alterações introduzidas ao projecto de arquitectura inicial e alterações ao projecto de estabilidade correspondentes, decorrentes do suprimentos dos erros e omissões identificados, ;
- b) trabalhos de suprimento dos erros e omissões identificadas pela equipa projectista e aceites pelo dono de obra a preços contratuais no valor de 31.505,43 € (trinta e um mil quinhentos e cinco euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- c) trabalhos de suprimento dos erros e omissões identificadas pela equipa projectista e aceites pelo dono de obra a preços acordados no valor de 6.906,63 € (seis mil novecentos e seis euros e sessenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- d) prazo de 10 dias, necessário à execução dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões agora propostos, de acordo com o disposto no artigo 373º do CCP.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada, se tornaram necessários e que não são técnica ou economicamente separáveis do contrato ou, embora separáveis, são estritamente necessários à conclusão da obra.

Considerando que valor total dos trabalhos de suprimento dos erros e das omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, corresponde a 12,06 % do preço contratual.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, somados a anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e anteriores trabalhos a mais, corresponde a 24,86 % do preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnicas com a ref.ª MF.22.11.2012, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação do Património Stephens – FASE 1 - Serviços educativos, galeria municipal e cafetaria”, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) **alterações introduzidas ao projecto de arquitectura inicial e alterações ao projecto de estabilidade correspondentes, decorrentes do suprimentos dos erros e omissões identificados, ;**
- b) **trabalhos de suprimento dos erros e omissões identificadas pela equipa projectista e aceites pelo dono de obra a preços contratuais no valor de 31.505,43 € (trinta e um mil quinhentos e cinco euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;**
- c) **trabalhos de suprimento dos erros e omissões identificadas pela equipa projectista e aceites pelo dono de obra a preços acordados no valor de 6.906,63 € (seis mil novecentos e seis euros e sessenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;**
- d) **o prazo de 10 dias, necessário à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões agora aprovados, de acordo com o disposto no artigo 373º do CCP.**

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar e determina a notificação do co-contratante para os efeitos previstos no artigo 361.º, n.º 3, do CCP.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO

822 - Presente a informação do serviço da DEDIS I/1030A/2012, de 30 de outubro, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos transportes escolares e outros à empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, para o ano de 2013.

Considerando que a contratação pelo município dos serviços da Empresa Municipal TUMG, EM no que respeita aos transportes escolares e outros não carece de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, por: “...a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.

b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior...”, se tratar de contratação excluída.

Atento o exposto e considerando que o município pode contratualizar a aquisição de serviços directamente junto da Empresa Municipal TUMG, EM por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços. No caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da TUMG, EM.
- A Empresa Municipal TUMG, EM realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para o “**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2012 E 2013 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS", na classificação orgânica/económica 0103/020210 e ação do PAM 2011/A/112.

Considerando que o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, durante o ano 2013, é de 338.850,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 26.º da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 4 do artigo 26.º da Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, isto é não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: *"A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, 3 -B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais;"*

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para *"Celebração de contrato de transportes escolares e outros com a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM para o ano de 2013"*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 64º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º5-A/2002 de 11/01, na sua redação actual, e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a *"Celebração de contrato de transportes escolares e outros com a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM para o ano de 2013"* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.

823 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação nº T.F. 12.2012 e requisição interna nº 9998 do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações eléctricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº 8. do art.º 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações eléctricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE EDÍFÍCIOS MUNICIPAIS DE 2013 A 2014”*, na classificação orgânica/económica 10/020220 e ação do PAM 2012/A/129.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.795,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, para o período de 24 meses, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração das instalações elétricas de diversas instalações municipais para os anos de 2013 e 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – INSPEÇÃO, REINSPECÇÃO E SELAGEM DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES PARA OS ANOS 2013 E 2014.

824 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação e requisição interna n.º 5639 do serviço do GAM – Gabinete de Atendimento ao Município na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de inspeção, reinspecção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de inspeção, reinspecção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“INSPECÇÕES PERIÓDICAS DE ELEVADORES”*, na classificação orgânica/económica 0103/020220 e ação do PAM 2012/A/13.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.679,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, para o período de 2 anos, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Inspeção, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Inspeção, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Inspeção, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes para os anos 2013 e 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE CONTENTORES MULTIBENS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014.

825 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-

A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação a informação n.º C.R. 18/2012 e requisição interna n.º 10010 do serviço da DASUP na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014, tarefas que serão exercidas com

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de *“RECOLHA DE LIXOS SELECTIVOS NO CONCELHO (CONTENTORES MULTIBENS)”*, na classificação orgânica/económica 11/020225 e ação do PAM 2012/A/51.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.639,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Prestação de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável

à contratação de serviços de “Prestação de serviços de levantamento de contentores multibens para os anos de 2013 e 2014”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – RECOLHA DE EFLUENTES PARA O ANO DE 2013

826 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de

31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação n.º I.A./148/2012 e requisição interna n.º 10021 do serviço da DASUP na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de recolha de efluentes domésticos para o ano 2013, cujo contrato a celebrar

carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de recolha de efluentes domésticos para o ano 2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços de *“RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS PARA OS ANOS DE 2013 E 2014”*, na classificação orgânica/económica 11/020225 e ação do PAM 2012/A/132.

Considerando que o preço base a aplicar é de 22.682,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Recolha de efluentes para o ano 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Recolha de efluentes para o ano 2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Recolha de efluentes para o ano 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA.

827 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo

é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011,

de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação n.º AF 302/2012 e requisição interna n.º 8548 do serviço da DOPP – Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projectos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços para *“Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*, na classificação orgânica/económica 09/ 07010304 e ação do PPI 2011/I/16.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.500,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que não se aplica a este procedimento redução remuneratória por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2011, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 07/12/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Elaboração dos projectos das especialidades da instalação de uma creche no edifício da IVIMA”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS AO MUNICÍPIO E A DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ESCOLAS 1º CEB DO CONCELHO.

828 - Presente informação da Área de Património n.º 1/1362/2012 de 05/12/2012, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens/equipamentos doados ao Município e Escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância existentes neste Concelho.

Assim e para os devidos efeitos de aceitação dos bens em questão, passamos a enumerar os mesmos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Localização	Designação	Quantidade	Valor (€)
E.B. FONTE SANTA – SALA A	LEITOR DE CD	1	49,99
E.B. FONTE SANTA – SALA B	DESUMIDIFICADOR	1	99,00
E.B. CASAL DE MALTA	CMASTER K350C/JANELA USB3.0	1	28,86
E.B. CASAL DE MALTA	SONYDVDRW012	1	14,55
E.B. CASAL DE MALTA	FONTE LC-POWER 500W	1	24,31
E.B. CASAL DE MALTA	CORSAIR VALUE DDR3 2GB	2	20,98
E.B. CASAL DE MALTA	MOTHERBOARD ASUS	1	50,00
E.B. CASAL DE MALTA	INTEL CORE G850 2.9GHz	1	52,76
E.B. CASAL DE MALTA	DISCO WESTER DIGITAL BLUE 500GB SATA	1	52,44
E.B. CASAL DE MALTA	PLACA DE REDE TP-LINK WIRELESS	1	12,11
E.B. CASAL DE MALTA	COMPONENTES	1	20,00
E.B. CASAL DE MALTA	PEN SCANDISK CRUZER BLADE 8GB	1	4,80
E.B. CASAL DE MALTA	IMPRESSORA SAMSUNG LASER	1	126,26
E.B. CASAL DE MALTA	COLUNAS LOGITECH V10	2	32,36
E.B. CASAL DE MALTA	CABO USB	1	3,09
E.B. CASAL DE MALTA	PEN KINGSTON	1	4,80
E.B. CASAL DE MALTA	COMPUTADORBOXSYSTEMS SILVER	1	460,00
E.B. CASAL DE MALTA	TECLADO + RATO	1	109,00
E.B. CASAL DE MALTA	MS OFFICE CASA É ESTUDANTES FPP PT	1	109,0
E.B. CASAL DE MALTA	LOGITECH COLUNAS	1	64,90

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições dos referidos estabelecimentos de ensino delibera, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aceitar as referidas doações.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE

829 - Presente Informação N.º I/1273/2012, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior da Área das Bibliotecas, enunciando o seguinte:

1. Dando cumprimento à Deliberação de Câmara n.º 481, de 14 de Julho de 2011, procedeu-se à renovação do Protocolo com o Clube Desportivo Moitense, que se anexa, através do qual se definiram “(...) *as regras de entendimento estabelecidas entre a Câmara e o Clube para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita.*” (cf. Cláusula 2ª). A Cláusula 12ª fixou o período de vigência do Protocolo em “(...) *três anos automaticamente renovado por período de igual duração se não for denunciado por qualquer das Partes.*”, como tal, este Protocolo encontra-se em vigor até 22 de Julho de 2014.

2. O n.º 4, da Cláusula 6ª fixa que o Clube Desportivo Moitense “(...) beneficiará de um apoio financeiro semestral por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, (...) a atribuir (...) nos meses de Março e Setembro (...)”. No n.º 5, da mesma Cláusula é dito que esse apoio “(...) será alvo de actualização no mês de Julho de cada ano, tendo em conta a taxa de inflação, depois de recebidos o relatório de actividades desenvolvidas e o plano de actividades a desenvolver no próximo ano.”

Neste enquadramento, de acordo com a Deliberação de Câmara n.º 481, de 14 de Julho de 2011 (ata n.º 14) o valor total do apoio financeiro concedido ao CDM, relativo ao período de **Julho de 2011 a Julho de 2012**, foi de **5.941,57€**, pago em 2 tranches de **2.970,78€**, devendo a 1ª ocorrer em Setembro 2011 e a 2ª no mês de Março de 2012. Ora, até ao momento, apenas se verificou o pagamento da 1ª tranche, estando ainda por concretizar o pagamento da 2ª tranche, que deveria ter ocorrido no mês de Março de 2012, e a actualização anual do apoio financeiro, que deveria ter ocorrido no passado mês de Julho. Esses procedimentos ainda não se efectivaram devido a incumprimento do Clube Desportivo Moitense, concretamente, por falta da entrega da documentação mencionada no parágrafo anterior.

3. Apenas nesta data e através do registo E/8501/2012, de 19 de Novembro, deram entrada os documentos referidos no ponto anterior desta informação, pelo que consideramos só agora estarem reunidas as condições necessárias para que o assunto seja submetido à apreciação da Câmara Municipal e esta possa deliberar.

3.1 Proceder ao pagamento do apoio financeiro deliberado na reunião de Câmara de 14.07.2011 (Deliberação n.º 481), relativo à 2ª tranche, correspondente ao semestre de Janeiro a Junho de 2012, no valor de **2.970,78€**, a conceder ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1ª de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita,

tendo em conta que os documentos apresentados no registo de entrada E/8501/2012, de 19 de Novembro cumprem o fixado no n.º 5 da Cláusula 6ª e na Cláusula 10ª do Protocolo;

3.2 Aprovar a actualização, em **124,77€**, do valor global para o apoio financeiro a conceder pela Câmara Municipal da Marinha Grande ao Clube Desportivo Moitense, correspondente à taxa fixa de inflação de 2,1% apresentada nos últimos dados disponibilizados pelo INE, relativos ao Índice de Preços no Consumidor (IPC) – Outubro de 2012 (cf. Anexos), o que se traduz num apoio financeiro anual de **6.066,34€**, pago em duas tranches de **3.033,17€**. De acordo com o fixado no Protocolo o pagamento da 1ª tranche deveria ter ocorrido em Setembro de 2012, mas pelas razões já enunciadas, propomos que seja paga de imediato, tendo em conta que os documentos apresentados estão em conformidade com o fixado no n.º 4 da Cláusula 10ª do Protocolo.

A Câmara Municipal apreciou toda a documentação apresentada e delibera, no uso da competência prevista na alínea b) n.º 4, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

1. Proceder ao pagamento do apoio financeiro, deliberado na reunião de Câmara de 14.07.2011 (Deliberação n.º 481), relativo à 2ª tranche, correspondente ao semestre de Janeiro a Junho de 2012, no valor se 2.970,78€, a conceder ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1ª de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita, tendo em conta os documentos apresentados (ver Anexo 1);
2. Aprovar a actualização, em 124,77€, do valor global para o apoio financeiro a conceder pela Câmara Municipal da Marinha Grande ao Clube Desportivo Moitense, correspondente à taxa de inflação de 2,1% que consta nos últimos dados disponibilizados pelo INE em Outubro de 2012 (ver Anexo 2), o que se traduz num apoio financeiro de 6.066,34€, que deverá ser pago em duas tranches de 3.033,17€;
3. Proceder ao pagamento do apoio financeiro, relativo ao semestre de Julho a Dezembro de 2012, no valor de 3.033,17€, ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1ª de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita, tendo em conta que os documentos apresentados estão em conformidade com o fixado no n.º 4 da Cláusula 10ª do protocolo (ver Anexo 1).

A verba destinada ao cumprimento do preconizado no Protocolo está prevista em Plano de Actividades 2012 na Acção 2008/A/176.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva

regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – 1ª DELIBERAÇÃO

830 - Presente informação nº 931/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 27/11/2012 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes aos Agrupamentos de Escolas Guilherme Stephens, Nery Capucho e Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal comparticipar no apoio à ação social escolar, conforme prevêm as alíneas l) do nº 1 e d) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e, ainda em conformidade com o Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, nº 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o nº 11886-A/2012, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão dos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho da Marinha Grande os seguintes subsídios:

- Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens, com sede na Rua Prof. Bento Jesus Caraça, Apartado 63, 2430-901, nº fiscal 600 076 768

Valor do subsídio escolar a atribuir 12.575,00€ (doze mil quinhentos setenta e cinco euros)

Total de Pedidos: 435 (dos quais 77 não tiveram direito ao subsídio escolar)

Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	79	50,00 €	3.950,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

1ºCEB	140	40,00 €	5.600,00 €
-------	-----	---------	------------

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	49	25,00 €	1.225,00 €
1ºCEB	90	20,00 €	1.800,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	5.175,00 €
1ºCEB	7.400,00 €

Total 12.575,00 €

- **Agrupamento de Escolas Nery Capucho, com sede na Rua Fernando Pessoa, Apartado 305, 2431-901, n.º fiscal 600 075 761**

Valor do subsídio escolar a atribuir 7.335,00€ (sete mil trezentos trinta e cinco euros)

Total de Pedidos: 239 (dos quais 8 alunos não tiveram direito ao subsídio escolar)

Agrupamento de Escolas Nery Capucho			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	12	50,00 €	600,00 €
1ºCEB	112	40,00 €	4.480,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	23	25,00 €	575,00 €
1ºCEB	84	20,00 €	1.680,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	1.175,00 €
1ºCEB	6.160,00 €

Total 7.335,00 €

- **Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, nº fiscal 600 076 270**

Valor do subsídio escolar a atribuir 3.745,00€ (três mil setecentos quarenta e cinco euros)

Total de Pedidos: 107

Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	23	50,00 €	1.150,00 €
1ºCEB	42	40,00 €	1.680,00 €

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	15	25,00 €	375,00 €
1ºCEB	27	20,00 €	540,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	1.525,00€
1.º CEB	2.220,00€

Total **3.745,00€**

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/31 e A/33 do Plano de Atividades Municipais para 2012.

Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação, nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do

valor a que terão direito a receber e da situação relativamente à utilização dos refeitórios escolares dos respectivos educandos, e suportar, durante o ano letivo de 2012/2013, os almoços dos alunos subsidiados no escalão A (1,46€) e no escalão B (0,73€) que pretendam recorrer aos serviços das cantinas escolares.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra-mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 2.º período do ano letivo 2012/2013.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013.

831 - Presente informação nº 1322/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social de 26/11/2012 referente à atribuição de apoio aos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2012/2013;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal comparticipar no apoio à ação social escolar, conforme alínea l) do nº 1, e alíneas a) e e) do nº 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 1º período do ano letivo 2012/2013.

Valores dos subsídios

Estabelecimentos	Agrupamentos de Escolas Guilherme Stephens Contribuinte nº 600 076 768	Agrupamentos de Escolas Nery Capucho Contribuinte nº 600 075 761	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria Contribuinte nº 600 076 270	Ação do Plano de Actividades Municipais em 2012
Educação Pré-Escolar				
VALOR 2012	4.200,00€	2.100,00€	1.200,00€	Total 7.500,00€ Ação 28/A/2012
1.º Ciclo do Ensino Básico				
VALOR 2012	5.070,00€	4.980,00€	1.890,00€	Total 11.940,00€ Ação 29/A/2012
VALOR 2012	9.270,00€	7.080,00€	3.090,00€	19.440,00€

- 1 Subsídio no valor de 9.270,00€ (nove mil duzentos e setenta euros) ao Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens, com sede na Rua Prof. Bento Jesus Caraça, Apartado 63, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076768;**
- 2 Subsídio no valor de 7.080,00€ (sete mil e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas Nery Capucho, com sede na Rua Fernando Pessoa, Apartado 305, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600075761;**
- 3 Subsídio no valor de 3.090,00€ (três mil e noventa euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;**

Estes apoios têm dotação disponível nas ações 2012 A/28 e 2012 A/29, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao termo do 2.º período do ano letivo de 2012/2013.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2.º E 3.º PERÍODO DO ANO LETIVO DE 2011/2012.

832 - Presente informação n.º 612, da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 28 de junho de 2012, referente ao processo de atribuição de apoios financeiros para material didático de recreio e outros bens para o funcionamento das escolas do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

Considerando que no passado dia 16 de fevereiro de 2012, foi deliberado, pela Câmara Municipal, a atribuição de apoios financeiros para material didático de recreio e outros bens para o funcionamento das escolas dos Agrupamentos de Escolas Nery Capucho e Guilherme Stephens, referentes ao 2.º e 3.º período do ano letivo de 2011/2012.

Considerando que o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, ficou excluído dessa atribuição visto que se encontrava em falta a entrega de um relatório de apoio financeiro estando impedido, por esse motivo, de beneficiar deste apoio financeiro. A situação em falta foi colmatada, sendo agora necessário efetuar os procedimentos necessários para regularizar e repor o apoio financeiro às escolas do 1.º ciclo de ensino básico e jardins-de-infância deste Agrupamento de Escolas.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal comparticipar no apoio à ação social escolar, conforme alínea l) do n.º 1, e alíneas a) e e) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar os apoios financeiros constante no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 2.º e 3.º períodos ano letivo 2011/2012.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

- **Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, nº fiscal 600 076 270**

Estabelecimentos	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria Contribuinte nº 600 076 270	Ação do Plano de Atividades Municipais em 2012
VALOR 2012		
Educação Pré-Escolar	5.534,40€	Ação 10/A/2011
VALOR 2012		
1.º Ciclo do Ensino Básico	4.080,00€	Ação 11/A/2011
VALOR 2012	9.614,40€	

- Subsídio no valor de 9.614,40€ (Nove mil seiscientos e catorze euros e quarenta cêntimos) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;

Estes apoios têm cabimento nas ações 2011/A/10 e 2011/A/11 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supra mencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e a concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 31 de março de 2013.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – PROPOSTA DE REGULAMENTO

Assunto discutido e votado no início da reunião.

**38 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.**

833 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vector de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os «**Critérios de Financiamento à Actividade Física**» aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 6**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012
E.A.S - ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE	509495281	1.600,00€
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	501417702	5.780,00
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	500787654	1.200,00€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

834 - Presente informação n.º 1370/2012 da Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social, datada de 06 de dezembro de 2012, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo (Anexo 7), com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Entidade	NIF	Valor
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	1.500 Euros
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	1.500 Euros
Sociedade Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467	1.500 Euros
Industrial Desportivo Viegense	501 254 242	1.500 Euros
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1.500 Euros
Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense	501 372 121	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – ENCENAÇÃO DA PEÇA “O AMIGO DE PENICHE”

835 - Presente informação nº 1317 de 26/11/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, área da Cultura, dando conta do pedido de apoio financeiro, E/4139/2012 de 21 de Maio de 2012, do Sport Operário Marinhense, NIF 50117702, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 30, 2430-313 Marinha Grande, com vista à apresentação de um novo projeto teatral intitulado “O amigo de Peniche”, apresentado em 24 de maio no SOM.

Considerando que o Município deve apoiar atividades culturais de interesse municipal de natureza recreativa, social e cultural, de que resulte benefício para a população e desenvolvimento para o Concelho;

Considerando que uma estratégia cultural sustentada passa não só pelo apoio à apresentação/divulgação de projetos e atividades culturais, mas também pela atribuição de apoios para a criação artística.

Considerando que se trata de uma proposta de um grupo de teatro do concelho no âmbito da criação artística e direcionada para a comunidade marinhense e de fora do concelho.

Considerando que a entidade desenvolve este grupo de teatro com mais de 60 anos de atividade, que tem vindo a apresentar trabalhos de qualidade e relevância do âmbito do teatro amador do concelho.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Considerando que este projeto vem contribuir para o desenvolvimento e dinamização cultural e artística do concelho e para a sua divulgação no país.

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista, na alínea b), do n.º 4 do artigo n.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio logístico solicitado e o apoio financeiro no valor de 500,00€ (quinhentos euros) ao Sport Operário Marinhense, contribuinte nº 501417702, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 30, 2430-313 Marinha Grande, para custear as despesas relacionadas com a preparação do novo projeto teatral intitulado “O amigo de Peniche”.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/87 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que, a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, no prazo de noventa dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam, designadamente, a descrição da programação realizada, datas, número de espectadores, fotografias e outros elementos que enriqueçam o relatório.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO TOCÂNDAR

836 - Presente informação nº 1332 de 26/11/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, área da Cultura, dando conta do pedido de apoio financeiro, E/8279/2012 de 08/11/2012, da Associação Tocândar, NIF 504934562, com sede na Quinta da Warnhagem- Fonte Santa - 2430-134 Marinha Grande, com vista à manutenção do projeto de percussão Tocândar.

Considerando que:

a) A actividade cultural e artística nas mais diversas disciplinas é estrutural e essencial ao desenvolvimento da Sociedade;

- b) Uma estratégia cultural sustentada passa não só pelo apoio à apresentação/divulgação de projectos e actividades culturais, mas também pela atribuição de apoios para a criação artística;
- c) Se trata de uma proposta de uma Associação do concelho no âmbito da criação artística e direccionada para a comunidade marinhense e de fora do concelho;
- d) Se trata de um grupo com vários anos de atividade de continuidade, que tem vindo a apresentar trabalhos de qualidade e relevância no âmbito da música tradicional;
- e) Que o projecto vem contribuir para o desenvolvimento e dinamização cultural e artística do concelho.

A Câmara Municipal apreciou a informação anexa e delibera, ao abrigo da alínea b), do nº4, do artigo n.º 64, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada com as necessárias alterações pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atribuir o apoio financeiro no valor de 6.300,00€ (seis mil e trezentos euros) à Associação Tocândar, contribuinte nº 504934562, com sede na Quinta da Warnhagem, Fonte Santa 2430-134 Marinha Grande, com vista a custear as despesas relacionadas com a manutenção do projeto de percussão Tocândar.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/87 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que, a entidade contemplada com o subsídio deverá, obrigatoriamente, no prazo de noventa dias após o recebimento da comunicação do subsídio por parte do Município da Marinha Grande, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam, designadamente, número de apresentações realizadas, locais, datas, número de espectadores, fotografias, comentários/sugestões recebidas pelos espectadores e/ou organização, outros elementos que enriqueçam o relatório.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À DELEGAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON (A.P.D.P.) PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.

837 - Presente informação n.º 1300 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 23 de novembro de 2012, a dar conta do pedido de apoio financeiro efetuado pela Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, com o registo de entrada n.º 2640/2012, datado de 26 de março, para fazer face ao desenvolvimento das atividades previstas em Plano para o corrente ano.

Considerando que esta Associação tem como principal atividade a promoção de ações concretas em conjunto com familiares, amigos e voluntários, de modo a melhorar a qualidade de vida dos doentes e a possibilitar-lhes a ocupação dos tempos livres;

Considerando que se trata de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de interesse municipal, de natureza social;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, com o número de identificação fiscal 504 058 550 e com sede em Largo 5 de Outubro, n.º 5-A (Casa Alpendrada) 2430-264 Marinha Grande, para fazer face ao desenvolvimento das atividades previstas.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, no período de sessenta dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO PARA SUPORTE DAS VALÊNCIAS DE SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE CONVÍVIO E CENTRO DE DIA.

838 - Presente informação n.º 1351 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 4 de dezembro de 2012, a dar conta do pedido de apoio financeiro efetuado pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, com o registo de entrada n.º 8685, datado 26b de novembro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um apoio financeiro para suporte das despesas inerentes às três valências existentes, a saber: Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.), Centro de Convívio e Centro de Dia.

Considerando o trabalho de extrema relevância levado a cabo pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, junto da população sénior do concelho da Marinha Grande;

Considerando que, se trata de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de interesse municipal, de natureza social e desportiva;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º

5—A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 19.500,00€ (dezanove mil e quinhentos euros) à Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, contribuinte fiscal número 501 540 563, com sede em Casal Galego, 2430-070 Marinha Grande para suporte das despesas inerentes às valências de apoio domiciliário, centro de convívio e centro de dia.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 2.º trimestre de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA E JANTAR DE NATAL.

839 - Presente informação n.º 1303 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 23/11/2012, a dar conta do pedido de apoio financeiro efetuado pela Direção da Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o registo de entrada n.º 8143, datado de 5 de novembro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um apoio financeiro para suporte das despesas com a realização da tradicional Festa e Jantar de Natal.

Considerando o apoio que este evento tem merecido por parte da autarquia, em edições anteriores;

Considerando que, se trata de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de interesse municipal, de natureza social;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 16.500,00€ (dezassex mil e quinhentos euros) à Casa de Pessoal dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 504 190 466 e com sede na Rua do Matadouro S/N 2430-257 Marinha Grande, para suporte das despesas com a realização da Tradicional Festa e Jantar de Natal.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/108 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, no período de sessenta dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL.

840 - Presente informação n.º 1299 da Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social, datada de 23 de novembro de 2012, a dar conta do pedido de apoio financeiro efetuado pela Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria, com o registo de entrada n.º 7407/2012, datado de 3 de outubro, para fazer face às despesas com a realização do almoço de Natal.

Considerando o apoio que este evento tem merecido por parte da autarquia, em edições anteriores;

Considerando as despesas que a realização de tal evento implica para a C.R.P.I.;

Considerando os fracos recursos económicos dos pensionistas e reformados;

Considerando que se trata de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de interesse municipal, de natureza social;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros) à Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos, com o número de identificação fiscal 506 171 795 e com sede em Rua da Fonte Santa n.º 15, 2430-745 Vieira de Leiria, para suporte das despesas tidas no âmbito da realização do almoço de Natal.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam o mesmo objeto, no período de sessenta dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL EFETUADO PELA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II PARA SUPORTE DAS DESPESAS DECORRENTES DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO SÓCIO SANITÁRIO PORTA AZUL.

841 - Presente informação n.º 1295 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 23 de novembro do corrente ano, referente a pedido de apoio financeiro efetuado pela Associação Novo Olhar, através de ofício com registo de entrada n.º 2079/2012, datado de 5 de março, para fazer face às despesas decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário Porta Azul.

Presente e-mail da referida Associação, com o n.º de registo 8636, datado de 27 de novembro do corrente ano, a dar conta da alteração da sua denominação para Associação Novo Olhar II, em virtude da sua cisão com o pólo de Leiria.

Considerando o contributo da Associação Novo Olhar II, na promoção e proteção da saúde, na formação e apoio à integração social e comunitária de doentes com SIDA, utilizadores de substâncias psicoactivas, profissionais do sexo e indivíduos em situação de exclusão social;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que, o referido centro se encontra a funcionar desde abril de 2006 na Marinha Grande, articulando a sua intervenção com entidades públicas e privadas, designadamente com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, I.E.F.P., Centro de Atendimento a Toxicodependentes e Centro de Saúde local.

Considerando que, se trata de uma instituição particular de solidariedade social que desenvolve atividades de interesse municipal, ao nível da saúde e da prevenção de riscos;

Considerando que, com o apoio disponibilizado junto da população-alvo, a Associação Novo Olhar está a contribuir para a promoção e proteção da saúde, para a formação e apoio à integração social e comunitária de doentes com SIDA, utilizadores de substâncias psicoativas, profissionais do sexo e indivíduos em situação de exclusão social;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um subsídio, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) à Associação Novo Olhar II, contribuinte fiscal número 510 280 013, com sede em Avenida 1.º de Maio, n.º 108 traseiras, 2430-210 Marinha Grande, para fazer face às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário.

O referido apoio tem cabimento na acção 2012/A/43 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao final do 1.º trimestre de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE HELDER FILIPE PEREIRA MARQUES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 4 3.º DIREITO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA: FERNANDA DE JESUS PEREIRA

842 - Presente informação n.º 1286 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 21 de novembro de 2012, referente à comunicação por parte de Helder Filipe Pereira Marques do óbito de sua mãe, primitiva arrendatária mencionada em epígrafe e a consequente solicitação da transmissão do direito de arrendamento.

Considerando que Fernanda de Jesus Pereira era arrendatária do Município da Marinha Grande;

Considerando que Hélder Filipe Pereira Marques, filho da falecida arrendatária residia com esta, em comunhão de mesa e habitação;

Considerando que, a primitiva arrendatária faleceu no passado dia 8 de setembro do corrente ano, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor: “ A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano.”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome Hélder Filipe Pereira Marques, contribuinte fiscal número 238 930 734.

Mais delibera ainda que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Hélder Filipe Pereira Marques.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA - FERNANDA DE JESUS PEREIRA - PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 4 3.º DIREITO, CASAL DE MALTA.

843 - Presente informação n.º 1289 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social – DEDIS -, datada de 21 de abril de 2012, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda, por morte da titular do contrato de arrendamento e consequente alteração do rendimento mensal do agregado familiar.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado em causa;

Considerando a transmissão do direito de arrendamento, por morte da primitiva arrendatária, para o nome do seu filho Hélder Filipe P. Marques

Considerando, por fim, que ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.”

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a reavaliação do valor da renda de habitação social, constante no seguinte quadro:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12 (setembro)	RENTA/13 (janeiro)
4	Hélder Filipe P. Marques	3.º Dto	21/12/1995	10,01€	4, 85€

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA MARIA CELESTE PEDROSO MARQUES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 8 2.º ESQUERDO, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

844 - Presente informação n.º 1339 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 29 de novembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

valor da renda da habitação social sita na Praceta da Liberdade bloco 8 2.º Esq.º, Casal de Malta.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação do valor da renda atual, constante no seguinte quadro:

Rua da Charnequinha

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12 (setembro)	RENTA/13 (janeiro)
8	Maria Celeste P. Marques	2.º Esq.º	21/05/1998	157,30€	114,17€

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 3 R/C DTO, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

845 - Presente informação n.º 1343 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 30 de novembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social sita na morada em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12 (janeiro)	RENTA/13 (janeiro)
3	Catarina Solange Soares	R/C Dto	30/12/2009	58,59€	48,03€

Mais delibera que o valor da renda acima descrita entre em vigor, a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia doze de dezembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.951.884,90 €** (três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e quatro euros e noventa centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

846 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 1984/12 – PC N.º 124/08 – JOAQUIM FERREIRA CRUZ**
- 2. REQ. N.º 1613/12 – PC N.º 439/2012 – CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA.**
- 3. DOAÇÃO IVIMA. APROVAÇÃO DE MINUTA DA ESCRITURA.**
- 4. BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS AGOSTINHOS – CEDÊNCIA 88,01M DE TERRENO DE GUIDA MARIA LOURENÇO ALVES**
- 5. RECEPÇÃO DEFINITIVA**
- 6. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS**
- 7. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VIEIRA DE LEIRIA**
- 8. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. CLUBE DESPORTIVO MOITENSE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1984/12 – PC N.º 124/08 – JOAQUIM FERREIRA CRUZ

847 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração e Ampliação de Moradia*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua do Freixoeiro, Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 15/11/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que,

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
3. **Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**2 - REQ. N.º 1613/12 – PC N.º 439/2012 – CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E
MOLDES, LDA.**

848 - Presente informação da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, dando conta da existência de imóvel sito na Travessa do Valverde, n.º 10, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, onde existe um depósito elevado em adiantado estado de degradação, colocando em risco a segurança de pessoas e bens.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 04/12/2012, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 24/10/2012 a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras de remoção da totalidade da estrutura metálica adjacente à estrutura de betão, assim como o corte e remoção de quaisquer outros elementos periféricos, tais como restos de tubagem, amarrações e outros, a levar a efeito na edificação sita na Travessa do Valverde, n.º 10, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, face às atuais condições físicas da mesma, verificadas pela Comissão de Vistorias e descritas no respetivo Auto, designadamente a enorme deterioração dos elementos metálicos presos à estrutura de betão armado do depósito elevado, que, pela altura a que se encontram, representam um perigo substancial para a segurança de bens e pessoas que se aproximem da base da estrutura, concedendo-se um prazo de 30 dias para a respetiva execução dos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - DOAÇÃO IVIMA. APROVAÇÃO DE MINUTA DA ESCRITURA.

849 - Presente minuta da escritura relativa à doação, constituição de direito de servidão e pacto de preferência.

Considerando que a minuta presente reflete todas as condições estabelecidas e já constantes do contrato promessa outorgado em 12 de outubro de 2011.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aceitar a doação do imóvel da antiga IVIMA, nos termos e condições da minuta de escritura de doação, constituição de direito de servidão e pacto de preferência, cujo teor integral se aprova e se dá por reproduzido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS AGOSTINHOS – CEDÊNCIA 88,01M² DE TERRENO DE GUIDA MARIA LOURENÇO ALVES

850 - Para a empreitada de “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, foram realizados os contactos necessários à efectivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Guida Maria Lourenço Alves, com NIF 189930110, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 10922 e descrito na Conservatório do Registo Predial da Marinha Grande com o nº. 14532/130902, que confronta a Norte com Cristina André, a Sul com Serventia, a Nascente com Pedro Luis Lourenço Valente e a Poente com Serventia. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno (88,01m²), na condição de serem transportadas terras sobrantes da obra, para o seu lote, que permitam reduzir o desnível do terreno.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 88,01m², do prédio de que é proprietária Guida Maria Lourenço Alves, com NIF 189930110, a desanexar do prédio inscrito na respetiva matriz sob artigo nº. 10922 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande com o nº. 14532/130902, que confronta a Norte com Cristina André, a Sul com Serventia, a Nascente com Guida Maria Lourenço Alves e a Poente com Serventia, para “Beneficiação da Rua dos Agostinhos”, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a transportar para o lote da proprietária terras sobrantes da obra, que permitam reduzir o desnível do terreno, conforme consta da ficha anexa (Anexo 8) elaborada pelos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a actualização da respectiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

A proprietária deve apresentar documentos comprovativos da actualização da área nos serviços públicos competentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

851 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Reformulação de passeios e gares de estacionamento na Praia da Vieira – Concurso Limitado n.º 06/2003 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 28 de maio de 2003, à empresa “Construções Pragosa, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS

852 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vector de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os **«Critérios de Financiamento à Actividade Física»** aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo **(Anexo 8-A)** à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012
GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS	500885044	1.080,80€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - PROGRAMA DE ACTIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VIEIRA DE LEIRIA

853 - Presente informação n.º 1370/2012 da Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social, datada de 06 de dezembro de 2012, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo (Anexo 9), com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Entidade	NIF	Valor
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2012 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. CLUBE DESPORTIVO MOITENSE

854 - Presente informação n.º 1370/2012 da Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social, datada de 06 de dezembro de 2012, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo (Anexo 10), com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Entidade	NIF	Valor
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2013.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

No final da reunião o Sr. Presidente deu a conhecer ao executivo o teor do ofício da Direção Geral do Território, datado de 10/12/2012, relativo ao pagamento, até ao final do ano, da verba em dívida referente ao Programa POLIS.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
13/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 28

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

855 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:25 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião